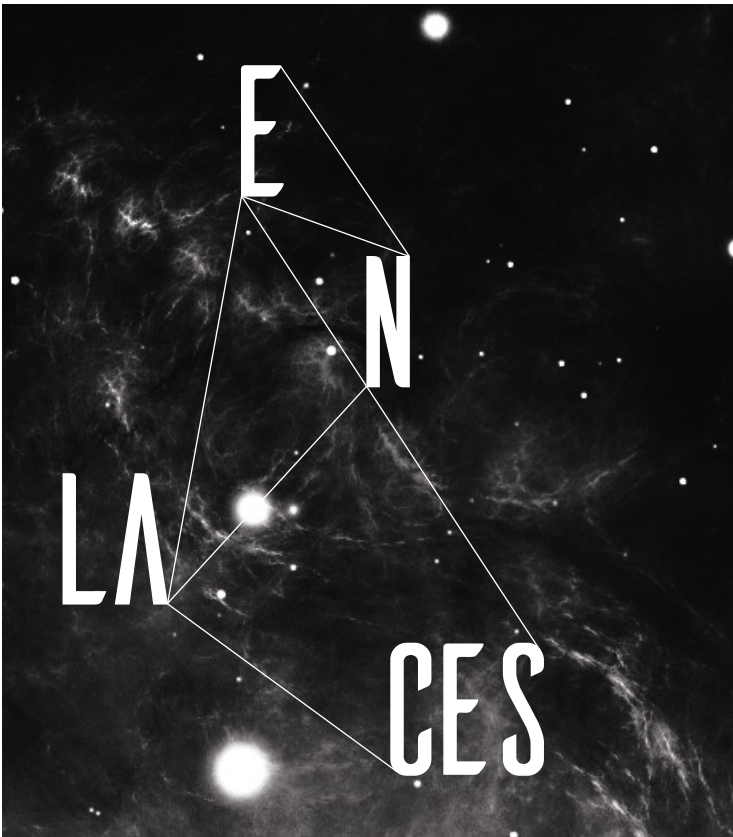


F A Z E R P O R



F A Z E R
P O R
E N L A C E S

*Modos de fazer e de pensar o urbano:
enlaces de história e urbanismo*



CIEC . UNICAMP

Josianne Francia Cerasoli

Rodrigo Santos de Faria

Maria Stella Bresciani

As especificidades urbanas da cidade são feitas e desfeitas em sua elaboração discursiva em meio às atividades descritivas dos atores. A cidade não se deixa definir exclusivamente por critérios objetivos e factuais, relacionados, por exemplo, à densidade de sua população ou à concentração de atividades ou serviços econômicos: a cidade é uma entidade material e imaterial configurada pelas práticas dos atores que a habitam e frequentam, nela trabalham e vivem, bem como por seus discursos, que a qualificam e requalificam, conferem-lhe uma ordem, identificam-se ou dela se afastam.¹ (MONDADA, 2000, p. 251, tradução nossa)

INTRODUÇÃO

Atenta à linguagem em meio a práticas multimodais e interações, a linguista Lorenza Mondada buscou compreender a multiplicidade de atores e atividades presentes na cidade, especificamente na descrição da cidade, entendida como entidade complexa, heterogênea, em movimento e plural. Segundo afirma em seu *Décrire la ville: la construction des savoirs urbains dans l'interaction et dans le texte*, a cidade é apreensível tanto por

atores ordinários quanto por profissionais e pesquisadores que, de muitos modos, contribuem para sua multiplicidade, irredutível ao mesmo tempo a sua materialidade e a características urbanas simbolicamente configuradas por meio de numerosos discursos. Podemos entender como um ponto importante para os modos de fazer que pautamos aqui essa ideia da autora.

As atividades descritivas de diferentes atores, confrontadas de várias maneiras à cidade, contribuem para instaurar seu caráter ordenado, seus regimes de inteligibilidade, suas características próprias, sua urbanidade, bem como as tensões e a multiplicidade de manifestações, por vezes concorrentes ou contraditórias. Por conseguinte, ao compreender de modo similar a importância dos discursos para a complexidade e pluralidade da cidade, entendemos como fundamental aos estudos sobre o tema modos de pensar e fazer o urbano sempre problematizar os discursos, sejam técnicos, ficcionais, afetivos etc.

A partir de considerações como essas, tomadas como um fio condutor importante, se de início já seria algo difícil desconsiderar a pluralidade nos estudos urbanos, dadas as características do tema (cidade) e os múltiplos saberes que têm voltado seu olhar e instrumentos para ele, especificamente nas reflexões aqui entrelaçadas, seria ainda menos plausível, considerando-se a trajetória mesma de produção deste texto. São três percursos que se tocam, três pesquisas que dialogam, três pontos de partida visíveis em uma mesma nébula, ela mesma multiforme em seus (re)arranjos em movimento constante.

Pensar por pluralidades, associações e redes: foram essas as três aproximações publicadas no *Modos de pensar*, primeiro tomo desta nebulosa, convertidas nas motivações iniciais deste estudo tripartite que ora apresentamos. Desde o começo, indicavam três enquadramentos e três propostas que, mesmo sendo distintas na matéria considerada – elementos de filosofia e política, de literatura e história, de amplos debates municipalistas –, apontavam flagrante convergência ao explorar a importância de considerarmos a multiplicidade das dimensões a partir das quais se pode pensar o urbano.²

como um desafio importante aproximar tais percursos distintos em uma reflexão capaz de, a um só tempo, aprofundar as discussões já iniciadas e permitir deslizar os três modos de pensar em modos de fazer, sobretudo considerando-se a proposta que buscamos desenvolver: trazer ao debate nossos próprios modos de problematizar e realizar pesquisas sobre o urbano. Ainda que nos parecesse, em certa medida, uma interpretação literal ou circunscrita do sentido atribuído a modos de fazer, pareceu-nos clara a necessidade de olhar para os estudos que efetivamente temos desenvolvido sobre as dimensões do urbano em perspectiva histórica para acolher os desafios deste segundo tomo. Uma vez mais, as escolhas tiveram que preservar a origem tripla dos temas de pesquisa, e nos propusemos a enfrentar o desafio a partir de dimensões específicas, justamente por considerarmos plurais as entradas nos modos de fazer do campo do urbanismo. Esse entrelaçar de entradas se tornou decisivo para a organização e apresentação desta reflexão.

Serão, portanto, três momentos principais no texto, cada um deles desdobrado em frações que, à maneira dos fractais geométricos, guardam semelhança ao objeto original – modos de pensar e fazer as pesquisas sobre o urbano e o pensamento urbanístico em perspectiva histórica – e, ao mesmo tempo, adensam o debate sobre temas delineados separadamente. No primeiro momento, “Historicidade e complexidade do urbano a partir dos saberes eruditos e técnicos”, Josianne Cerasoli discute o pensamento urbanístico tendo por base o papel dos saberes eruditos e técnicos na configuração do espaço urbano, discutindo modos de pensar/fazer as pesquisas sobre o urbanismo e as dimensões urbanas com base em estudos coletivos sobre a configuração do espaço urbano em São Paulo. O segundo, “Olhar-ver: entretecer o urbanismo por associações”, se volta ao pensamento urbanístico a partir de uma aproximação com a estética e a política, no qual Stella Bresciani exercita modos de pensar/fazer do urbanismo a partir de aproximações entre as considerações teóricas e propostas urbanísticas de Alfred D. Agache e Luís I. de Anhaia Mello. O terceiro momento, “A construção de um percurso de investigação sobre as redes interamericanas de urbanismo e planejamento municipal no século XX”, percorre como fio condutor a exploração dos percursos de pesquisa sobre o municipalismo no continente americano, realizados por Rodrigo de Faria.

Nesses três movimentos de um mesmo texto, um conjunto de aspectos teóricos e metodológicos é pontuado, de modo a compor, ao final da longa trajetória narrativa, um mapeamento de questões sobre os modos de fazer em pauta. Tais questões permitem reconsiderar como o urbano, o pensamento urbanístico e a história podem ser problematizados a partir de perspectivas que não abrem mão da multiplicidade e buscam focalizar dimensões distintas – mas não isoladas – dessa temática, vistas sempre de modo relacional: dimensões estéticas e políticas, técnicas e sensíveis, pontuais e internacionais, locais e transnacionais – todas consideradas por meio de discussões teórico-metodológicas, por entendermos como inteiramente imbricados os modos de pensar e de fazer em nossas pesquisas.

HISTORICIDADE E COMPLEXIDADE DO URBANO A PARTIR DOS SABERES ERUDITOS E TÉCNICOS

Historicidade, complexidade: qualidade ou condição do que é histórico, do que é complexo. Esse é o ponto de partida deste percurso sobre os modos de pensar/fazer as pesquisas sobre o urbanismo, tomadas em um enquadramento mais abrangente. A ênfase inicial estará nas apreensões sobre o urbano, percebidas precisamente por meio de sua incontornável dimensão histórica e complexa. Na delimitação de competências habilitadas ou socialmente reconhecidas para tematizar o urbano, conhecimentos como os do urbanismo assumem, aos poucos, posição destacada na definição de modos de olhar-ver e intervir em concepções de cidade, sempre no interior de debates, estudos e mesmo disputas pela definição da abrangência de cada campo profissional. São conhecimentos formalizados em tempo relativamente recente, ao longo de um século, em meio a saberes eruditos e técnicos mobilizados em torno da questão urbana, o que pode acentuar também os embates em torno dessa delimitação. Talvez o mais instigante nesse processo esteja na simultaneidade que o caracteriza, sendo difícil identificar sem alguma incerteza quais circunstâncias precedem outras: a formação

do campo de saber do urbanismo, a ampliação e densificação de áreas urbanizadas, a complexificação da questão urbana, o aprimoramento dos mecanismos de gestão do espaço e da vida urbana, a crescente demanda em termos de infraestrutura, a especialização dos saberes técnicos e das profissões envolvidas, a sofisticação dos debates técnicos e eruditos relacionados a cada vez mais diversificadas dimensões da cidade, a crescente heterogeneidade na composição da vida urbana, a reiterada tensão entre diagnósticos e projetos de cidade, entre outras correlatas.

Essa simultaneidade de múltiplos inícios distingue três aspectos das dimensões urbanas que nos parecem incontornáveis para os estudos sobre o tema: o importante papel de distintos discursos sobre a cidade na formulação de diferentes concepções do urbano; o constante entrecruzamento disciplinar, ou seja, a interdisciplinaridade, constantemente construída nas aproximações à cidade; a decisiva presença dos saberes eruditos e técnicos, tanto nos discursos e na interdisciplinaridade quanto nas formas de problematizar a questão por meio da história urbana. Discursos, campos disciplinares e saberes – todos reafirmam a pluralidade, entendida aqui como inerente ao urbano, ainda mais se considerados em perspectiva histórica.

Além disso, cada um desses aspectos, quando analisados detida e separadamente, permite deslindar uma miríade de dinâmicas e circunstâncias, abrindo-se a numerosas associações e interpretações. Tomando-se somente os discursos sobre a cidade analisados, por exemplo, a partir da narrativa ficcional ou ainda a partir dos vestígios de memória – incluindo-se monumentos e depoimentos menos estruturados –, seria possível trazer à pauta numerosas questões sobre o urbano, desde a conformação de sensibilidades para abordar a vida urbana até a repercussão de situações conflituosas ou mesmo preteridas na dinâmica social.³ Algo similar poderia também decorrer dos outros dois aspectos, multiplicando enormemente o escopo dos estudos sobre a cidade.

É a partir da consideração desse panorama plural que recortamos, nestas reflexões sobre os modos de fazer a pesquisa sobre o urbanismo e as dimensões urbanas, alguns elementos de estudos que temos

realizado em projetos coletivos e individuais. Priorizamos apresentar e discutir pesquisas elaboradas em consonância com a complexidade e pluralidade do urbano e do urbanismo, bem como estudos direcionados ao entendimento das dinâmicas envolvendo os saberes eruditos e técnicos na cidade, ambos considerados historicamente.

Para isso, priorizamos as interfaces efetivas e potenciais dessas pesquisas com o projeto coletivo *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, desenvolvido desde 2002, com vistas a “[...] cartografar e historiografar as redes complexas, os campos de debates, de forças ou de tensão entre diferentes ideias [...] que construíram e ainda constroem o pensamento urbanístico”, conforme explicita o *site* do projeto. (JACQUES, [2002]) A despeito de frequentes diálogos entre pesquisadores atuantes na *Cronologia* e no Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (CIEC),⁴ que sedia os estudos aqui discutidos, somente em 2017 pudemos conectar as duas iniciativas de pesquisa formalmente e explorar novas possibilidades para pautarmos este debate com base na pluralidade e complexidade do urbano e do urbanismo. E o ponto de partida esteve justamente na releitura de documentação reunida no CIEC em um banco de dados denominado *Saberes Urbanos*, concebido a partir dessas duas características. A seguir, reproduzimos a abertura do *site*,⁵ com sua identificação e repertório de opções de busca.



Figura 1 - Banco de dados do projeto

Tanto a *Cronologia* quanto o *Saberes* se aproximam também ao aceitarem como princípio a consideração do pensamento urbanístico e do urbano de modo não esquemático ou meramente linear nas pesquisas que realizam. Dito de outro modo, ambos se aproximam ao acolherem, em suas distintas consequências, a pluralidade inerente ao urbano e ao pensamento urbanístico.

SABERES URBANOS, REGISTROS PLURAIS

O banco de dados do CIEC foi constituído com base em documentação produzida inicialmente em uma pesquisa coletiva, composta por uma equipe multidisciplinar de arquitetos, historiadores, antropólogos e sociólogos, vinculada ao projeto temático “Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano – estado de São Paulo, séculos XIX e XX”, finalizado em 2011.⁶ Conceber o banco de dados já constituía em si um desafio: organizar e disponibilizar dados e subsídios para pesquisas sobre dinâmicas ligadas à configuração e à reconfiguração do espaço urbano, considerando fundamentalmente sua dimensão histórica e buscando concatenar indagações comuns aos quatro subtemas que constituíram a pesquisa coletiva. Somaram-se a ele mais dois desafios: concatenar pesquisas sobre distintas configurações do urbano – sobre a capital paulista, entendida como uma metrópole em intensa transformação no período estudado; sobre a expansão urbana pelo interior; sobre o patrimônio arquitetônico remanescente desses processos – e aproximar os campos conceituais das diferentes áreas de origem dos pesquisadores atuantes no projeto. Foram desafios que nos obrigaram a (re)pensar conjuntamente nossos modos de fazer, nossos modos de problematizar e produzir indagações acerca do urbano.

A partir desse horizonte, aspectos relativos às mudanças na cidade, à complexificação da questão e da vida urbana, à ampliação do papel dos conhecimentos e aparatos técnicos, inclusive de infraestrutura, bem como outros processos que se desenvolvem de modo mais ou menos simultâneo, foram considerados no projeto temático, tomando-se como foco central do estudo as cidades do estado de São Paulo nos séculos XIX e XX. Reformas urbanas efetivadas ou planejadas na capital e a urbanização de cidades do interior foram tomadas a partir

de suas estreitas relações com a implantação da malha ferroviária no estado a partir dos anos 1860, seguindo a expansão da chamada “fronteira do café”. Nas décadas finais do século XIX, a intensa atividade econômica agrícola e o início da industrialização tiveram crescente papel nas mudanças estudadas, inclusive por atraírem sucessivas levas de imigrantes europeus, cuja presença maciça marcou e deu feição plural a todo Estado, acentuada pela migração interna de contingentes populacionais a partir dos anos 1940.

O campo de investigação do projeto temático delineou diferentes aspectos relacionados às transformações do espaço urbano, configurando-se com base em indagações comuns aos quatro subtemas que o constituíram: conhecer o processo de formação do campo conceitual e profissional relacionado às intervenções urbanas com base no pressuposto de que sua constituição se viabiliza e ganha densidade pela circulação de saberes técnicos e eruditos num contexto de desenvolvimento econômico e crescimento populacional; rever o lugar-comum, bastante difundido nos estudos sobre as cidades brasileiras, que explica e justifica o saber e a prática urbanísticos e arquitetônicos enquanto meras influências ou cópias de modelos estrangeiros.

Tais indagações foram enfatizadas de diferentes modos nos quatro subtemas. Dois voltaram-se à pesquisa da configuração e reconfigurações da cidade de São Paulo, entre 1828 – quando foram delegados às autoridades municipais o direito e o dever de instituir, por meio de um código de posturas, as diretrizes da expansão urbana, bem como o controle de hábitos dos moradores – e o final da década de 1950, acompanhando o período de constituição e consolidação do pensamento e da prática urbanísticos responsáveis pela atual configuração da cidade em sua dimensão formal e em seus critérios técnicos de gestão. Um terceiro se voltou para as cidades relacionadas à implantação e à expansão da malha ferroviária paulista, cujo início se deu nas décadas de 1860 e 1870 e avançou até a década de 1950, quando se acentua a opção pelas rodovias.⁷

Esse processo implicou intensa colaboração entre profissionais brasileiros e estrangeiros, que deu lugar à consolidação de uma área disciplinar e à cultura urbana no estado de São Paulo e cujas atividades traduziram-se no suporte técnico e teórico para a configuração e

reconfiguração do espaço urbano, para a difusão da arquitetura eclética, para a constituição do repertório paisagístico e para a criação ou remodelação dos antigos largos, praças e jardins. Essas iniciativas exigiram a construção de equipamentos e edificações também voltados à produção industrial e à construção da malha ferroviária, importantes fatores na modificação da paisagem urbana e rural, gerando significativo patrimônio material.

Um quarto subtema, encerrando o ciclo deste estudo sobre o urbano, teve como campo de investigação as “ruínas modernas” resultantes do processo de decadência dessas estruturas arquitetônicas geradas pela expansão ferroviária e industrial no interior do estado, sobretudo diante da substituição das ferrovias pela malha rodoviária. O interesse maior nesse quarto subtema foi inventariar e refletir sobre o patrimônio industrial, de modo a formar uma memória dos bens materiais, a eles adicionando a memória dos ofícios e modos de fazer especializados.

A abrangência temporal, espacial e temática contida neste recorte já traria, em si, numerosas questões, ainda que as duas indagações comuns se fizessem presentes nos quatro subtemas. O desdobramento dessa complexidade para a variedade de registros documentais reunidos ao longo da pesquisa, possivelmente, é perceptível aos leitores e converteu-se em desafio importante para dar visibilidade aos resultados da pesquisa e às reflexões nela elaboradas. Além disso, o aprofundamento do estudo sobre a formação do campo profissional do urbanismo no decorrer nos estudos realizados permitiu refinar a crítica às explicações que se assentam sobre o lugar-comum das cópias e modelos externos.

A pesquisa reiteradamente indicou ser a experiência profissional multidisciplinar obtida pela formação acadêmica e prática de médicos higienistas, engenheiros – sanitaristas, civis, industriais, ferroviários e agrônomos –, arquitetos, construtores e artistas capazes de definir conceitualmente esses saberes sobre o urbano, amplos e compartilhados, como responsáveis por alterações nas formas de olhar, falar, pensar e intervir na cidade, identificáveis nas fontes textuais, cartográficas, fotográficas e projetos de arquitetura e de engenharia – elementos visíveis tanto no debate analisado na primeira parte deste texto, considerando profissionais como Agache e Anhaia

Mello, quanto se verá na terceira parte, ao analisarmos a ampliação e modificação do debate municipalista no continente americano. A presença significativa de profissionais formados em instituições estrangeiras, de passagem pelo país ou que aqui se estabeleceram, conduziu a uma indagação complementar sobre sua contribuição para a ampliação do diálogo internacional, por vezes transnacional, do saber urbanístico e arquitetônico.

É importante, nesse ponto, ainda, rever nosso entendimento sobre essa dimensão internacional do pensamento urbanístico e dos debates sobre a cidade, distante de qualquer busca por supostas ideias e projetos autóctones ou, ao contrário, miméticas. A sensível aproximação existente entre as dimensões urbanas, materiais ou simbólicas, e discursos em torno de ideários tidos como modernos, em suas manifestações plurais, pode induzir a conclusões apressadas, sobretudo ao inserir o entendimento das mudanças na cidade em uma perspectiva temporal de progresso. Tal abordagem, ao ressaltar a ideia de atual – de novo, de hodierno – presente no genérico adjetivo “moderno”, assinala, por meio dessa relação com o tempo e a história, uma perspectiva processual e, portanto, comparativa, como se fosse possível afirmar a existência de estágios para o moderno e, conseqüentemente, centros “adiantados” e difusores desse ideário.

Decorrente desse entendimento, a ideia de importação de modelos distancia-se das concepções que temos discutido em relação aos estudos sobre o urbano e sobre o pensamento urbanístico, nas quais a construção material e simbólica da ideia de cidade moderna ou de urbanismo moderno se alimenta muito mais de uma dinâmica própria ao campo – o debate internacional de ideias e repertórios – do que de um jogo discursivo em torno da ideia de progresso.⁸

Em “The Location of Modernity”,⁹ Michael Smith e Thomas Bender exploram relações entre passado e presente, identidades locais e nacionais, dimensões materiais e simbólicas na construção de espaços urbanos tidos como modernos em diferentes contextos, analisados comparativamente. Assinalam algumas similaridades, considerando as políticas e os regimes próprios à modernidade e ao entendimento da historicidade do urbano na mudança social e espacial. Ressaltam

ser a modernidade na história contemporânea uma relação temporal usualmente convergente com a noção normativa de “progressividade”.

Em nosso entendimento, estudos sobre a cidade e os saberes técnicos e eruditos que configuram o discurso sobre ela são especialmente suscetíveis a essa convergência, o que nos remete diretamente à proposta dos autores. No centro das pesquisas comentadas por Bender e Smith, estaria a relação entre algum centro de “modernidade” real ou imaginado e lugares vistos como marginais, especificamente focalizados a partir da dimensão urbana: em que grau e de que modos o moderno encontra articulações simbólicas e locais no espaço social e nas formas físicas da cidade. Variada em seus elementos e manifestações, a modernidade é usualmente contraposta à tradição, definindo-se sempre de modo relacional com imagens ou referências do passado, selecionadas ou mesmo inventadas especialmente em função de efeitos contrastantes. Modernidade poderia ser entendida como global em seu escopo, na medida em que toca todas as sociedades, mas seria intensamente local, com discursos e instituições produzindo variados elementos ou manifestações da modernidade. Seu ideário estaria, portanto, nas relações com o tempo, não com o espaço, a materialidade e o local.

É em consonância com debates como esse que buscamos situar a dimensão internacional do pensamento urbanístico e dos debates sobre a cidade nas pesquisas do projeto temático sobre saberes eruditos e técnicos na configuração do espaço urbano em São Paulo.

MODOS DE RELACIONAR: IDENTIFICAR, CLASSIFICAR E NOMEAR

Sem dúvida a amplitude do projeto e seus desdobramentos, articulados a partir dos quatro subtemas, lançaram importantes desafios à formação de um banco de dados para uma pesquisa assim extensa. Ademais, a abrangência temporal e espacial do estudo de São Paulo, bem como a pluralidade dos dados e fontes documentais reunidos pelas quatro equipes, exigiu certa disciplina na consideração dessa pluralidade: na definição de critérios claros e comuns para o registro das informações da pesquisa; na manutenção de especificidades de cada tema pesquisado ao se definir tais critérios; ao mesmo tempo, na

preocupação em viabilizar cruzamentos de dados e interações entre os diferentes registros, fossem iconográficos, cartográficos, oficiais (relativos às leis, à normatização, aos atos administrativos nas esferas municipal e estadual), biográficos (ligados aos profissionais e sua atuação), bibliográficos, entre outros.

Por certo, tal diversidade de fontes constituiu um desafio à equipe multidisciplinar; porém, foram os pressupostos gerais da pesquisa os que pautaram as situações mais exigentes para o gerenciamento da documentação, considerando-se nosso entendimento, então, em construção sobre os modos de fazer. O entendimento da formação do campo conceitual e profissional relacionado às intervenções urbanas como integrante da circulação de saberes técnicos e eruditos num contexto de desenvolvimento econômico e crescimento populacional impôs ao projeto do banco de dados a recusa a hierarquias e a pontos de partida previamente definidos, somando à pluralidade das fontes a consideração de sua horizontalidade, em certa medida. Sem tomar os saberes e as práticas urbanísticas e arquitetônicas como meras influências de modelos estrangeiros, foi necessário trazer para o próprio desenho da ferramenta de pesquisa o entendimento da centralidade do amplo debate e diálogo entre especialistas de nacionalidades diversas para a constituição dos saberes sobre o urbano, constituintes da disciplina urbanismo.¹⁰

Desse modo, ao concebermos e estruturarmos esse banco de dados, a própria concepção do projeto, que sublinha a historicidade do tema estudado, tornou-se aspecto fundamental. O desafio metodológico e teórico pode ser expresso em dois aspectos: primeiro, a necessidade imperiosa de padronização dos registros dos múltiplos dados pesquisados. Um segundo aspecto diz respeito à necessidade de se manterem, nos registros e nos usos da documentação, a distinção e a intersecção entre o dois eixos que configuram a pesquisa: em termos históricos, a permanência dos pressupostos do higienismo-sanitarismo no campo profissional de especialistas da cidade; em termos teóricos, o entendimento do “intervalo” entre vertentes do pensamento e planos urbanísticos e sua concretização em intervenções como próprio desse saber – entendimento que reafirma a importância de acompanhar a formação acadêmica e a atuação dos especialistas.

Esse segundo desafio configurou-se como a questão fundante: seria possível o gerenciamento de um banco de dados que preservasse em sua constituição a historicidade e a complexidade que caracterizam a (re)configuração dos saberes sobre o urbano?

Inicialmente, os dados de pesquisa foram reunidos e organizados de acordo com as especificidades e dinâmicas de cada um dos subtemas, sendo notável a multiplicidade de documentos e informações acessadas, embora sempre com o foco nas transformações do urbano. Nos primeiros esforços de catalogação, separamos a documentação em dois grandes grupos, de acordo com a linguagem-base dominante em cada conjunto: documentos textuais, compostos por cópias de normatizações e regulamentações (leis e posturas, debate legislativo etc.), registros cartoriais, memoriais de planos e projetos (urbanísticos, paisagísticos, arquitetônicos), periódicos (diários, literários e técnicos), bibliografia (técnica, literária, histórica, memorialística) etc.; e documentação iconográfica, reunindo fotografias, registros cartográficos, planos e projetos (urbanísticos, paisagísticos, arquitetônicos).

Se apenas as intensas e constantes transformações da capital paulista nesse período já apontam significativos desafios para a reunião e organização dos dados de pesquisa, a abordagem das regiões de expansão ferroviária no interior paulista os ampliou enormemente. A abrangência e a pluralidade dos dados e fontes documentais configuram-se, ao mesmo tempo, como variáveis de relevância singular na definição dos aspectos metodológicos da pesquisa e como questões essenciais para a organização das informações coletadas ao longo do estudo pelas diferentes equipes. Esse quadro tornou prioritária a definição de critérios claros e comuns para o registro das informações da pesquisa – cada equipe buscou formas de sistematização das informações por meio de fichas capazes de respeitar tais critérios e também preservar a especificidade de cada tema pesquisado.

Entre tais critérios, a definição de palavras-chave, capazes de sintetizar cada documento da pesquisa e permitir sua interpretação em interface com outros documentos, tornou-se uma estratégia importante. Depois de reunir, identificar e classificar os registros documentais da pesquisa, seria um gesto a mais, de refinamento dessa abordagem, nomear

cada registro. A opção por palavras-chave capazes de viabilizar o estabelecimento de relações entre os documentos e também entre os diferentes materiais recolhidos pelos subtemas nos obrigou, então, a trabalhar na composição de um repertório em certa medida fechado. Foram tão numerosos quanto ricos os debates, sobretudo considerando-se a interdisciplinaridade da própria equipe. Sobre noções aparentemente claras para o campo da história, como a ideia de patrimônio, por exemplo, a discussão interdisciplinar e a pesquisa documental terminaram por ampliar os entendimentos, considerando usos dessa terminologia como definidores de um território comum, destinados a alguns equipamentos coletivos na formação das cidades, como a edificação da matriz, de um largo, da sede administrativa da futura cidade.¹¹

Assim como os documentos, as palavras-chave poderiam se desdobrar quase sem limites. Para que os entrecruzamentos entre os dados fossem possíveis, no registro de cada documento na ficha padronizada, foi estabelecida a utilização de dois grupos de palavras-chave: uma primeira categoria entendida como básica por guardar relações diretas com o conjunto da pesquisa e as bases comuns a todos os subtemas (categoria 1) e outro conjunto mais ampliado, entendido como complementar por ser capaz de detalhar e especificar a natureza dos documentos cadastrados e seu lugar na pesquisa (categoria 2), como se pode acompanhar nos quadros ao lado.

Esses dois conjuntos de palavras-chave nortearam a leitura, identificação, classificação e registro dos registros documentais coletados ao longo da pesquisa coletiva, parte dele dispostos em fichas no banco de dados disponível *on-line*. Tais fichas se tornaram o ponto de partida para aproximar os modos de fazer desenvolvidos para os registros do Saberes Urbanos àqueles propostos pelo projeto *Cronologia do Pensamento Urbanístico*. Selecionamos apenas uma ficha, entre as mais de 1.500 registradas e disponíveis no banco de dados do CIEC, para pensarmos essa aproximação. A ficha remete a atividades do Instituto Paulista de Arquitetos, fundado em 1930 e identificado, entre as palavras-chave, como uma associação profissional, entre algumas iniciativas similares na primeira metade do século XX em São Paulo e também no Rio de Janeiro.¹²

Categoria I: termos e conceitos referências básicos	
[nome da cidade - exemplo: São Paulo, Bauru, Campinas, Adamantina etc.] cidade desenho documentação oficial documentação particular documentação técnica edificação empresa equipamento urbano [exemplo: ponte, viaduto, poste, coreto etc.] indústria infraestrutura	legislação metropolização patrimônio plano profissional projeto região sanitarismo técnica construtiva território transporte urbanismo urbanização

Categoria II: especificação de conceitos e termos
<ul style="list-style-type: none"> • cidade, periferia, centro, espaço público, morfologia urbana, arruamento, quadricula, malha urbana, praça, projeto urbanístico (memorial), traçado urbano; • melhoramento, embelezamento, ajardinamento, arruamento, obra pública, equipamento urbano, infraestrutura urbana, abastecimento de água, retificação de rios, reforma urbana, intervenção urbana, higiene urbana, higiene, higienismo, insolação, estética urbana, plano urbanístico, plano regional; • ferrovia, rodovia, caminho, rua, avenida, alameda, via, praça, jardim, ponte, viaduto, centro cívico; • vila operária, habitação, habitação social, bairro, cortiço, favela, distrito, edifício público, núcleo colonial; • tipologia arquitetônica, matadouro, mercado, cemitério, hospital, asilo, lazareto; • industrialização, patrimônio industrial, maquinário, paisagem industrial, iconografia industrial, companhia; • frente pioneira, fronteira, colonização, propriedade rural, migração, companhia colonizadora; • população, imigrante, migrante, estrangeiro; • instituição pública, prefeitura, departamento, secretaria, diretoria, assembleia provincial, assembleia legislativa, câmara municipal, governo estadual; • lei, decreto, ato, código, resolução, postura municipal, padrão municipal, estatuto da cidade, plano diretor; • evento científico, congresso, exposição, seminário, mostra;

- associação profissional, associação, comissão, comitê;
- arquiteto, engenheiro, médico, fotógrafo, arruador, agrimensor, mestre de obra, construtor, projetista, planejador, administrador, gestor, artista, urbanista, paisagista, agrônomo, geógrafo, memorialista, jornalista, artesão, ferroviário, operário, trabalhador;
- registro de aluno, mapa, planta, projeto, esboço, ata, fotografia, pintura, croqui, projeto urbanísticos (imagem), desenho, gravura, pintura a óleo, ilustração, tabela, gráfico, diagrama, esquema, manuscrito, artigo;
- publicação, manuscrito, álbum, panfleto, manual técnico, correspondência, diário, propaganda, guia de viagem, catálogo, almanaque, cartaz, jornal, periódico, livro técnico, livro, entrevista, filme, documentário, gravação, site.

Quadro 1 – Palavras-chave do projeto

Fonte: Relatório anual de atividades do Projeto Temático FAPESP n. 05/555338-0 (2004).

Entre outros aspectos interessantes destacados no documento, vemos algumas disputas entre concepções estéticas distintas para a arquitetura, expressas, por exemplo, em uma tomada de posição crítica em relação à arquitetura modernista, identificada no documento como arquitetura futurista. Trata-se de um debate abrangente, conduzido por polêmicas duradouras, nas quais elementos identitários e diferentes representações do passado são mobilizados em prol de concepções não convergentes de “moderno”, de “modernidade”. Trata-se seguramente de um registro documental em diálogo com as ponderações de Bender e Smith (2017) acerca da relação da modernidade com concepções temporais, já mencionadas.

Temas como esse, relativos à atuação das associações profissionais e ao debate em torno das opções formais e estéticas para a arquitetura no Brasil, também estão presentes na *Cronologia do Pensamento Urbanístico* e constituíram alguns dos pontos de partida dos pesquisadores do CIEC para compor os entrelaçamentos entre os dois projetos. A expectativa – ao inserir um verbete na *Cronologia*, pautando especificamente a fundação do Instituto Paulista de Arquitetos – é ampliar as possibilidades de se estabelecerem relações – ou torná-las mais visíveis – entre vários debates em pauta no período, sobretudo aqueles ligados a questões identitárias, ao lugar social dos profissionais

voltados às questões urbanas, aos debates em torno de saberes técnicos sobre a cidade. À medida que avançarmos no esclarecimento dessas relações, mais visíveis no próprio projeto gráfico idealizado para externar os resultados do projeto sobre *Cronologia*, entendemos ser possível também potencializar as relações que o *Saberes Urbanos* buscou viabilizar pela construção das palavras-chave em seus modos de registro e leitura dos documentos.¹³

Parece-nos importante pontuar, a partir desses panoramas dos projetos e desses exemplos, um procedimento de fundo teórico presente nesses modos de fazer. Em ambos, em nosso entendimento, abandona-se qualquer referência a classificações prévias, a elaborações que buscam antecipar interpretações ou enquadrá-las em esquemas explicativos estranhos às dinâmicas do urbano e do pensamento urbanístico. Tanto no *Saberes* quanto na *Cronologia*, além do flagrante registro no plural evidenciado desde as denominações escolhidas para cada um, a recusa a classificações prévias nos parece abrir caminhos para explorar outras relações, outras aproximações, novas hipóteses, talvez capazes de contemplar aspectos não abordados em outros estudos, bem como lançar novas indagações a diretrizes teóricas que dificilmente podem abranger a pluralidade que envolve o urbano.

É interessante, nesse sentido, remeter a balanços sobre teorias urbanas que têm se empenhado em reavaliar os fundamentos e os potenciais inscritos em elaborações teóricas sobre o urbano desenvolvidas ao menos desde o século XIX. Consideramos, por exemplo, o estudo de Freitag (2012) sobre teorias da cidade e a coletânea *The city, revisited*, de Judd e colaboradores (2011), ambos importantes para discutir e atualizar orientações teóricas com relevante papel nas interpretações sobre o urbano ao longo do século XX. Freitag (2012) se propôs a examinar as teorias formuladas através dos tempos para explicar e compreender o fenômeno urbano também em sua historicidade, a partir de várias perspectivas disciplinares – antropológica, econômica, política, cultural, arquitetônica, urbanística e, sobretudo, sociológica. Organiza tais teorias considerando diferentes tradições de pensamento sobre a cidade, identificadas como escolas: alemã, francesa, anglo-saxônica do Reino Unido e dos Estados Unidos.¹⁴ Como critérios para selecionar autores e escolas, afirma nortear-se por “excelência

acadêmica, antecipação de fenômenos e distanciamento crítico em relação ao que viria ser chamado modernidade, cujas patologias manifestam-se no espaço urbano”. (FREITAG, 2012, p. 19)

Certamente, um esforço de síntese de tamanha abrangência não poderia contemplar numerosas nuances presentes tanto nas teorias quanto nos critérios definidos para destacar algumas delas, e, por isso mesmo, nos parece significativo o destaque dado às elaborações formuladas pelos pesquisadores de Chicago no início do século XX, muitos deles em diálogo com as então recentes formulações da sociologia desenvolvida na Alemanha, por exemplo, por Weber e Simmel. A coletânea *The city: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment*, de 1925,¹⁵ convertida por longo tempo em referencial obrigatório para os estudos urbanos, parece ter ultrapassado, nesse percurso, sua própria historicidade, figurando como teoria sobre a cidade por excelência.

Não apenas Freitag discute essa posição e esse percurso. Entre outras discussões, a reavaliação da obra elaborada em *The city, revisited* (JUDD et al., 2011) nos parece especialmente significativa, sobretudo por propor simultaneamente rediscutir a chamada Escola de Chicago e reavaliar o alcance de teorias sobre o urbano. Em “Theorizing the city”, artigo que abre a primeira parte da coletânea que propõe visitar teorias urbanas, Dennis Judd analisa, ao lado da Escola de Chicago, outras duas tradições teóricas sobre a cidade, identificadas como a Escola de Los Angeles, estabelecida, segundo afirma, a partir da publicação de Robert Fogelson sobre a metrópole fragmentada, e a Escola de New York, reivindicada por David Halle em estudo comparativo com Los Angeles.

Além de discutir se essas teorias permaneceriam relevantes para o entendimento das cidades, Judd se pergunta sobre a utilidade do próprio conceito de “escola” como recurso de linguagem para a compreensão do desenvolvimento das metrópoles na contemporaneidade. E conclui: as teorias urbanas são um terreno de contestação. Sugerem uma variedade de aspectos a olhar, mas não podem – diríamos, não deveriam – antecipar o que a pesquisa irá encontrar. Para além dos importantes balanços elaborados por estudos como esses, de Judd e de

Freitag, entendemos ser crucial ter em mente as reflexões que lançam sobre as teorias urbanas, sobretudo pelo suporte que nos apontam para compreender melhor a historicidade inscrita nas próprias teorias sobre o urbano.

OLHAR-VER: ENTRETECER O URBANISMO POR ASSOCIAÇÕES

Propomos uma leitura dos modos de estruturar o pensamento e o fazer urbanísticos partindo da premissa do caráter transdisciplinar do campo urbanístico, sua inter-relação com diversos saberes-competências já, em si, entrecruzados por outros saberes não atribuíveis a enraizamento em determinados países, ou seja, atrelado a nacionalidades, mas sim a “competências” transnacionais. Dentre as várias dimensões do campo do urbanismo, as representações visuais são parte do procedimento que, em várias etapas e escalas, apresenta uma proposta de ação projetual. Olhar-ver é, pois, parte fundamental desse procedimento e pressupõe um olhar filtrado por um campo conceitual, um saber, uma competência.

Para adentrar os modos de fazer urbanismo pela associação do olhar-ver, tomamos as palavras de Anne Cauquelin (2000, p. 74) como segunda premissa: “uma revolução constante agita o par compreender-ver, compreendo pelo que vejo e dado que vejo, porém só vejo por meio de e com a ajuda do que compreendo que se deve ver no que eu vejo”. Explicita assim sua advertência:

Só fazemos reproduzir esquemas mentais, prenes de uma evidência longínqua e de milhares de projeções anteriores. Essa constante redução aos limites de um quadro, montada por gerações de olhares, pesa sobre nossos olhares e os orienta imperativamente. (CAUQUELIN, 2000, p. 17)

Sua assertiva se esclarece em seguida: tal como “os pintores da Renascença fabricaram o que se tornou a escritura de nossa percepção

visual”, também “nos impuseram o *olhar* possível para se *ver* a natureza em paisagem” – enquadramento visual-estético que, neste texto, propomos deslizar para os recortes do edificado em diversas escalas. (CAUQUELIN 2000, p. 74) Há, contudo, um elemento importante a ser incluído: a dimensão disciplinar, pois, prossegue Cauquelin (2000, p. 67): “a arquitetura, ninguém nega, detém o poder de modelar comportamentos, gestos e maneiras de ser; os espaços estruturados nos constroem à ação mensurada”. Dois enquadramentos disciplinares, o olhar e os comportamentos, dão suporte a modos de pensar e fazer arquitetura-urbanismo e são visceralmente associados à estética e à política.

Essa segunda premissa nos leva a outro filósofo, Jacques Rancière, que, ao tratar das relações entre a estética e a política, aproxima-se de Cauquelin para a relação olhar-ver e oferece uma terceira premissa: “a política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo”. (RANCIÈRE, 2005, p. 16-17)

Ao acrescentar o ponto de vista de Christine Boyer (1996) a esse enquadramento visual-estético, chegamos à terceira premissa: as noções de escala e de tempo. Até o final do século XIX, afirma a historiadora, os construtores das cidades industriais se basearam na convenção estética da pintura. Tal como em Cauquelin, para Boyer (1996), a percepção visual se via dirigida para o ponto central da imagem enquadrada pela moldura e, ao enfeixar o edificado numa ordem espacial fechada e unificada, a cidade se dispunha como obra de arte, paisagem. Essa prática se tornou emblemática até ser modificada, nos finais do século XIX, pela velocidade dos modernos meios de locomoção, por induzirem o olhar ao deslocamento contínuo pelo espaço expandido na rápida sequência de imagens. Essa configuração da natureza e da cidade em panorama se desfez ao ser novamente instabilizada por volta dos anos 1980. Os meios de comunicação eletrônicos possibilitaram e mesmo induziram a decompor a cidade em pontos e pedaços (*bits and pieces*) e recompô-la de forma efêmera, em teatrais arranjos de cheios e vazios. Logo, temos

com Boyer uma sequência de enquadramentos estéticos indissociáveis a suas particulares temporalidades – econômica, cultural e política. (BOYER, 1996)

Representar visualmente significa, portanto, um modo de fazer ver, tanto a natureza elaborada em várias “naturezas” como o ambiente urbano mutante, e, deste olhar, desdobrar a atividade de intervir, fazer uma nova cidade, modificar, ampliar, reformular a materialidade que a compõe, sempre orientada por uma intenção estético-ético-política.

Neste exercício sobre os modos de pensar/fazer urbanismo, partimos, assim, de três premissas:

1. o caráter transdisciplinar e transnacional do entretecer diversas tendências na formação do campo/saber urbanístico;
2. os modos de fazer pressupõem uma competência: saber o quê e como fazer; supõem também compartilhar um campo de saber(es) e nele ser reconhecido;
3. há um vínculo indissociável entre a tríade estética-urbanismo-política e as diversas temporalidades.

ALFRED AGACHE E LUIZ DE ANHAIA MELLO – ENTRETECER DE SABERES E COMPETÊNCIAS

Tomamos como exemplos dessa montagem de um ponto na “nebulosa” do pensamento urbanístico dois profissionais engenheiros arquitetos em textos produzidos entre 1927 e o início dos anos 1930: o plano *Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento*, de Alfred Agache, datado de 1927-1930;¹⁶ e *Problemas de urbanismo Bases para a resolução do problema técnico*, reunião de seis palestras proferidas por Luiz de Anhaia Mello em 1928, o artigo “Problemas de urbanismo”, de 1928, “O recreio ativo e organizado das cidades modernas”, publicado em 1929, e alguns textos dos anos iniciais da década de 1930. A escolha desses profissionais se deu por termos encontrado em seus textos vários pontos de convergência e outros de

expressivo distanciamento, em um momento crucial para a definição de campo de atuação e de competências para agir.

Um primeiro ponto de convergência se apresenta no modo pelo qual esses profissionais definem e atribuem autoridade aos dotados do saber ver e expressar em termos técnicos de sua competência o que seus olhares veem. Especial atenção merece o significado de “convergência” como compartilhamento de competências – partilha nos dois sentidos, participação em comum e seu inverso, a separação, a distribuição –, compartilhamento que exige domínio de um linguajar, de um vocabulário comum, ainda que as palavras possam expressar entendimentos diversos, sem, contudo, embaralhar seus sentidos,

[...] um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações, implicando uma determinada ideia da efetividade do pensamento. (CERASOLI, 2004; RANCIÈRE, 2005, p. 13)

É impossível não ceder à tentação e, sem dúvida, à importância de lembrar com Rancière uma afirmação de Aristóteles de que “cidadão é quem *toma parte* no fato de governar e ser governado” – um tomar parte, contudo, precedido de uma “outra forma de partilha: aquela que determina os que tomam parte”. Rancière (2005, p. 15-16, grifo do autor) prossegue em sua exposição e judiciosamente exemplifica:

O animal falante, diz Aristóteles, é um animal político. Mas o escravo, se compreende a linguagem, não a ‘possui’. Os artesãos, diz Platão, não podem participar das coisas comuns porque eles *não têm tempo* para se dedicar a outra coisa que não seja seu trabalho. [...] *o trabalho não espera.*

O quanto dessa partilha entre não falantes e falantes autorizados atravessou milênios, expressou a partilha de atribuições e competências no domínio da política nas sociedades fundamentadas por contrato social¹⁷ e se dispõe residualmente na atualidade, como resiliência, seja na política, seja em nossas competências profissionais ciosamente guardadas?

Dito de outro modo (e aqui recortamos o pensamento urbanístico como um campo do comum):

A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter esta ou aquela ‘ocupação’ define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum [...]. (RANCIÈRE, 2005, p. 16)

Ou seja, pressupõe existir “na base da política, uma estética” que, pensamos, se estende a pontos de irradiação dos saberes plurais nas teias das “nebulosas”. Uma partilha que também é compartilhamento de competências que define/decide “o que se vê e o que se pode dizer sobre o que é visto, quem tem competência para ver e qualidade para dizer [...]”. (RANCIÈRE, 2005, p. 17)

No quadro das competências, a palavra “urbanismo”, no atual linguajar cotidiano, é usada com sentidos pouco precisos a ela atribuídos pela imprensa e pela mídia em geral, empregada de modo genérico, quase como uma palavra de senso comum para falar dos mais variados problemas e questões referentes às cidades. Mas, nos inícios do século XX, os engenheiros, arquitetos e engenheiros-arquitetos se detinham no exame do que se queria dizer ao se falar de urbanismo. Uma competência de fala autoatribuída a eles como detentores do saber-ver-falar-produzir a cidade. Cidadãos com voz autorizada pela formação a falar a/da cidade, uma autoridade associada à definição de um campo de atuação com a união do saber técnico orientado por uma intenção ética-estética, a de moldar comportamentos no espaço de uso comum e nos ambientes privados. Arrogou-se, inclusive, a competência de indicar os que com eles poderiam colaborar no modo pensar e fazer as cidades.

Assim, se a palavra “urbanismo” se tornou um lugar comum, podemos associá-la ao sentido dado por Myriam Revault d’Allonnes, quando buscou questionar o modo pelo qual havia se difundido como “lugar comum” a afirmação sobre a “morte da política”. Ela nos alertou sobre o que é próprio a esse “saco de gatos”, pois, com frequência:

Os lugares comuns, não são somente clichês ou banalidades. São também os lugares do ‘comum’, fundo onde se dão trocas de palavras, crenças, preconceitos, argumentos e opiniões da política efetiva. Opiniões com frequência confusas, erráticas, inseguras porém não menos enraizadas na vida e na experiência humana.¹⁸ (D’ALLONNES, 1999, p. 9)

Examinemos o modo pelo qual o arquiteto-urbanista Alfred Agache e o engenheiro-arquiteto Luiz de Anhaia Mello desenharam, no final da década de 1920, os modos de fazer urbanismo – pensamento e práticas – em textos seminais para o debate técnico na área, tendo como base empírica as cidades do Rio de Janeiro, capital federal, e São Paulo, a capital paulista. Os trabalhos dos dois urbanistas – e aqui encontramos uma segunda proximidade – não tiveram suas propostas executadas, por questões assemelhadas, em parte pelas injunções políticas dos conturbados anos 1930: período em que, no Rio de Janeiro, vários prefeitos se sucederam sem completar mandatos, sendo o Plano Agache retomado e revisado só na gestão prefeito Henrique Dodsworth, após o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo; em São Paulo, algumas propostas se efetivaram quando Anhaia Mello ocupou, por duas curtas gestões, o cargo de prefeito – de 6 de dezembro de 1930 a 26 de julho de 1931; e de 14 de novembro a 5 de dezembro de 1931 – e na profícua gestão Fábio Prado – de 7 de outubro de 1934 a 1 de maio de 1938. Porém, o jogo de disputas entre competências profissionais dá rumos diversos aos de suas propostas, o que não significa afirmar esquecimento, no caso de Agache, inclusive com suas ideias expressas “na agenda urbanística em construção no Distrito Federal”,¹⁹ ou a interrupção das “batalhas” de Anhaia Mello como professor e homem público atuante.

Em 1930, o arquiteto-urbanista Alfred Agache considerou imprescindível postular, em seu plano de *Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento*, o sentido da palavra “urbanismo”, por ser “uma palavra ainda nova”. Ele se autoneia “padrinho do vocábulo”, “[...] quando fundei a Sociedade Francesa dos Urbanistas, em 1912”, e, para ele, mais expressiva do que o vocábulo alemão “Städtebau” e o inglês “Town-planning”, por serem esses, afirma, “mais aplicáveis às construções” (AGACHE, 1930, p. 6), posição

acompanhada por Anhaia Mello no artigo “Urbanismo e suas normas para a organização de planos”, de 1933.

Essa convergência de entendimento da palavra “urbanismo” somada ao artigo em que Anhaia Mello elogia Donat-Alfred Agache, em maio de 1928, constituíram a faísca – *insight* benjaminiano – para colocá-los em um possível diálogo, já que Agache visitara, em 1927, a capital paulista pela primeira vez e, segundo Victor da Silva Freire, a comparou a Chicago. (FREIRE, 1942, p. 76) Fiel ao subtítulo dado ao artigo – “Um grande urbanista francês” –, Anhaia Mello considerou-o a melhor escolha para coordenar as reformas da cidade do Rio de Janeiro. Deu também destaque à sua atuação na Sociedade Francesa de Urbanismo, vinculada ao Museu Social, onde, diz, “[...] se reúnem higienistas, economistas, sociólogos, arquitetos e engenheiros”.²⁰ (MELLO, 1928a)

O entusiasmo de Anhaia Mello pela escolha de Agache se expressou pelo que considerava a “superioridade” dos urbanistas franceses, vencedores de concursos em cidades de vários países e pela excelência do curso de Urbanismo da Universidade de Paris, embora tivesse sido precedido pelas universidades inglesas e norte-americanas. Nesse artigo, reproduz, em traços gerais, o programa do referido curso, estende os comentários elogiosos ao “Estudo de planos de cidades de Raymundo Unwin”, mas se detém detalhadamente no livro de Agache-Jaussely,²¹ cuja estrutura seria reproduzida por Agache na montagem do plano para a cidade do Rio de Janeiro, precedido pelo “extrato” de cinco conferências introdutórias, organizadas para serem apresentada a um público não especializado. Somente na quinta conferência, “Ensino e propaganda do urbanismo na França”, ele diz: “dirijo-me hoje aos arquitetos”.

Logo no início da primeira conferência, Agache (1930, p. 4) expunha didaticamente o sentido da palavra “urbanismo”:

O Urbanismo é uma Ciência e uma Arte, e sobretudo uma Filosofia. Entende-se por Urbanismo o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade levados

a efeito mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descurar as soluções financeiras.

A associação entre ciência e arte para designar o campo do urbanismo configura outro ponto de convergência entre os dois profissionais. Porém, logo em seguida, Agache se fixa em prescrições técnicas. Apresenta o urbanismo como “um conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas”. A partir desse pressuposto, Agache expõe a quais competências cabe executar as tarefas mencionadas e afirma não haver “absoluta necessidade de ser engenheiro ou arquiteto”. Para ele, nasce-se urbanista, dom inato a ser cultivado e desenvolvido. Traz como exemplo Patrick Geddes – grafado como Gueddes –, etnógrafo célebre que chegou a, “sem se ter jamais servido de uma trena ou de um esquadro [...] ser citado entre os urbanistas” (AGACHE, 1930, p. 13-14), e Ebenezer Howard – por ele denominado sociólogo socializante – como autor de obra que “se tornou clássica entre os urbanistas”. (AGACHE, 1930, p. 23)

No elenco das competências, há uma colocação fundamental: fiel a sua filiação ao grupo reunido no Museu Social, Agache associa no fazer urbanismo o engenheiro e o arquiteto ao sociólogo, geólogo, médico, arqueólogo, historiador e “mesmo ao jornalista”. Contudo, logo em seguida, ao detalhar a quem caberia “o trabalho de um plano de organização e extensão de uma cidade”, deixa claro ser a um engenheiro, “o homem do detalhe, da análise”, e ao arquiteto, “a personificação da síntese”. Ao urbanista, caberia o papel de “regente de orquestra”, ou seja, dar “direção à sinfonia urbana”. Às outras competências listadas, caberia “dar interessantes conselhos”. (AGACHE, 1930, p. 5-15) Quando da exposição do plano, as colaborações se associam a determinadas competências: o historiador e o antrope-geógrafo²² são designados como responsáveis pela tarefa de dar conta das várias fases do processo de formação e da situação em que a cidade do Rio de Janeiro se encontrava.

Em 1928, ano de seu artigo sobre Agache, Anhaia Mello introduzia o leitor do Instituto de Engenharia de São Paulo a uma série de palestras proferidas entre setembro e março, nomeadas *Problemas*

de urbanismo: bases para a resolução do problema técnico,²³ e expõe um novo ponto de convergência, ao partilhar com Agache a concepção “urbanismo é cooperação” ou “filosofia das ciências sociais aplicadas”. (MELLO, 1929a, p. 11) Uma “ciência da universalidade das coisas [...] uma filosofia das ciências aplicadas” que exigia a colaboração do sociólogo, do legislador, do jurista, do político, do administrador, do “economista e de todo cidadão” e fechava o círculo afirmando: “urbanita deve ser sinônimo de urbanista” e atuar “no sentido de colaborador esforçado da nobre tarefa comum de melhoria da vida humana”. (MELLO, 1929a, p. 37-38)

Embora tenha apresentado a primeira palestra aos membros do Rotary Club, um público não necessariamente especializado, reapresentou-a aos colegas do Instituto de Engenharia e, nesse ambiente, seriam proferidas as cinco outras palestras. Destinadas evidentemente ao público profissional, nelas, Anhaia Mello (1929a, p. 70) detalha os passos a serem propostos para executar um *master plan*, tarefa cuja responsabilidade seria dada à Comissão do Plano da Cidade, composta por pessoas alheias às “pressões diárias” que assoberbavam o funcionário da municipalidade.

Sobre a questão de a quem diz respeito a formulação do plano geral, Anhaia Mello caminhava duplamente na direção contrária à de seu colega engenheiro-arquiteto Francisco Prestes Maia e à do mestre dos dois, o engenheiro Victor da Silva Freire,²⁴ ambos vinculados a cargos públicos na Secretaria do Estado de São Paulo e na Prefeitura Municipal. Ou seja, em *Plano de avenidas para a cidade de São Paulo*, também de 1930, Prestes Maia era preciso tanto ao reivindicar o plano como “um estudo sumário desprezioso de repartição”, logo, sem menção à cooperação de outros profissionais, circunscrito à competência de funcionários de instituições públicas. Prestes Maia declarava, ainda, se eximir da pretensão de propor “um plano geral” e ser avesso a “um desses planos de conjunto ao sabor da época”, ou seja, em tese se contrapunha ao plano de Agache. Contudo, seu propósito declarado de marcar “em largos traços certas diretrizes” dá a ver a ambição mais ampla da escala do plano: nele, se expõe “uma concepção da cidade e a orientação [...] que deve presidir ao seu desenvolvimento”, diz Maia (1930, p. IX). Embora Prestes Maia

posicione seu plano como “conjunto orgânico de projetos e sugestões [...] capazes de dar direções possíveis” (MAIA, 1930, p. XII) e Agache proponha um grandioso plano de remodelação, esses planos carregam a intenção de definir as diretrizes de reformas e extensão das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Contudo, se Agache e Anhaia Mello, enquanto profissionais, partilhavam da mesma concepção do “fazer” urbanístico, como cooperação orquestrada pelo engenheiro e/ou o arquiteto, e davam crédito ao pioneirismo da Escola de Belas-Artes de Paris, Anhaia colocava na “vanguarda do mundo em matéria de Urbanismo” os norte-americanos – posição que, no decorrer de seus textos, mostra não constituir simples opção por vertentes relacionadas a nacionalidades, mas por em seus textos explorar diferentes concepções de montagem de planos urbanísticos. (AGACHE, 1930, p. 13; MELLO, 1929a, p. 13)

Agache associa remodelação a composição, a colocar em ordem os diversos elementos, “preparar a distribuição dos futuros monumentos e emoldurar os existentes, cuidar das perspectivas”. (AGACHE, 1930, p. 8) Suas propostas apresentam-se em belos e sugestivos desenhos. Mesmo quando dedica a terceira conferência a cidades-jardins e favelas, ele se detém nos exemplos europeus propostos ou inspirados em Ebenezer Howard. (AGACHE, 1930, p. 21-25) A concepção de seu plano diretor não se limita a “um trabalho desenhado”; nele, aos mapas de remodelação, perspectiva da área central, desenhos de novos bairros conquistados ao mar, esquemas e fotos, se intercalam longas páginas de análises e comentários elucidativos. Uma montagem de diferentes linguagens que o aproxima da composição argumentativa e textual do *Plano de avenidas* de Prestes Maia (1930) e do *Plano de Chicago* de Daniel Burnham e Edward Bennett (1909).

Somente na conclusão e após detalhada exposição técnica do plano de “remodelação e extensão”, em mais de 400 páginas, Agache apresenta “um conjunto de leis e regulamentos”, exposto em detalhes em longo apenso que contempla um “Projeto de Regulamentação Regional” envolvendo, além da área suburbana, a “zona rural”. A legislação completa e confirma o plano, ou seja, se dispõe no fazer urbanístico após sua feitura pelo urbanista e equipe e estaria vinculada à Direção

Geral da Remodelação, repartição subordinada ao prefeito; no caso da capital da república, ao presidente e, nas capitais estaduais, aos governadores. O plano forma, diz Agache (1930, p. 321), “uma carta urbana’ que deverá [ser o guia para os anos futuros] depois de revista e aceita pelas repartições oficiais”. Para tanto, prevê a criação de uma “Repartição Permanente do Plano”, reunindo os serviços vinculados à prefeitura e ao governo federal, por ser a capital do país, e os dispõe em amplo esquema de atribuições. (AGACHE, 1930, p. 323-324)

Já Anhaia Mello, embora partilhe com Agache da concepção multidisciplinar do urbanismo, distancia-se por um posicionamento básico: a concepção do plano. Seu caminho se dá, em tese, no sentido inverso, pois não associa ao seu modo de fazer urbanismo a prática de desenhar a cidade; não propõe desenhar um plano, nem dispô-lo sobre mapas. O plano diretor seria estruturado por leis normativas dispostas a formar a “árvore” coroada pelo urbanismo – um processo a ser iniciado pela formação do “ambiente”, a “educação urbanística do público”, ou seja, formar a “urbanocultura”, cujo alvo primeiro seria o de conquistar a opinião pública pela propaganda.

É bastante significativa sua compreensão de “propaganda”, cuja “tirania”, diz, nos faz agir “quase irracionalmente [...] inconscientemente substituímos nossa razão pelas do propagandista, do anunciante”. (MELLO, 1929a p. 17-18) Não que considere vender urbanismo “uma panaceia intoxicante”, mas, por tratar-se de “mercadoria de escola” e “necessidade premente e inadiável da vida moderna”, exige a atuação de todos os veículos de difusão de ideias, imprensa, exposições, cinema, rádio e contato pessoal, tal como ele mesmo se dedica a fazer. (MELLO, 1927, p. 344-345, 1929a, p. 18) Recorre à noção de “contágio mental” ao formular a proposta de esclarecimento da opinião pública (MELLO, 1929a, p. 14, 17), termo cunhado pelos teóricos do comportamento das multidões e um tema recorrente em vários estudos de médicos e advogados nas décadas finais do século XIX e ainda presente nos anos 1920, entre outros, em Freud.²⁵

Da “opinião pública”, o processo passaria pelo filtro e trabalho da Comissão do Plano da Cidade, responsável por orientar a composição do corpo de leis. Porém, inserida na terceira palestra, Anhaia Mello

(1929a) afirmava serem simultâneas a “formação do ambiente, da propaganda contínua, tenaz, acessível a todos das vantagens do urbanismo”, e a tarefa da Comissão do Plano da Cidade, “pedra angular do futuro monumento urbanístico”, à qual cabia iniciar “os trabalhos de urbanização” – comissão instituída por lei, permanente e dispondo de liberdade para “pensar calmamente no futuro, em nome da coletividade”. E projeta uma imagem sedutora: “As administrações e os governos municipais passam, [...] se sucedem [...]. O desenvolvimento da cidade não pode estar sujeito a essas contingências”. (MELLO, 1929a, p. 69-71)

A partir da exposição desse procedimento, Anhaia Mello se detém, nas subsequentes palestras de 1928, à exposição dos fundamentos teóricos que orientam o exame das várias dimensões do campo multidisciplinar do pensamento e prática urbanísticos – psicologia, política, administração, dispositivos legais e questão financeira. Nelas, ele assume a clara intenção de introduzir os colegas engenheiros a uma nova área de atuação e expor a necessária colaboração de entidades profissionais e sociedades civis, inclusive para a divulgação dos preceitos do urbanismo. Sua deliberada intenção de aprender com a experiência alheia como “norma geral da pesquisa científica” o faz recorrer a exemplos, bem ou mal sucedidos, não só de cidades norte-americanas, mas inglesas, alemãs, francesas. (MELLO, 1929a, p. 13)

Em sua proposta de contenção da área urbanizada e de expansão pela “descentralização para a cidade jardim satélite” como “solução racional [...] para nossas cidades tentaculares metropolitanas” (MELLO, 1929a, p. 98), detalha seus benefícios para as condições de vida mais saudável e coletiva, compartilhando com Agache o tributo a Ebenezer Howard. Em textos subsequentes, contudo, a proposta de cidade-jardim se desdobra, reelabora-se em bairros-jardins na projeção de extensão descentralizada composta por unidades de vizinhança, nas quais a criatividade dos moradores definiria seus próprios monumentos como forma do bom viver em cidades.²⁶ (MELLO, 1933a, 1933b)

A preocupação com a presença de áreas verdes para uso público configura outro ponto de vista partilhado, porém se dá de modo

pontual no plano de Agache, enquanto ganha enorme relevo nos escritos de Anhaia Mello desde a primeira palestra. Agache se preocupa com espaços livres necessários à “higiene física e mental da cidade”. Para ele, os jardins públicos constituem “elementos de embelezamento da cidade” e se dispõem em duas categorias:

[...] parques e campos de jogos para uso diário da população e distribuídos nas partes edificadas; reservas arborizadas destinadas a visitas domingueiras e ao ‘camping’ nas tardes quentes, vastas extensões que confinem mas ou menos com a aglomeração, conservadas no seu quase estado natural”. (AGACHE, 1930, p. 203-204)

A proposta de Anhaia Mello (1929a, 1929b, 1933b) é mais radical: recomenda substituir os canteiros e gramados dos parques urbanos destinados a passeios e contemplação, em especial nas zonas industriais e operárias, por áreas verdes, denominadas “recreios ativos”, nos quais equipamentos esportivos seriam postos à disposição dos moradores das circunvizinhanças.

Uma questão de escala se impõe entre o Plano de Agache e as propostas de Anhaia Mello desses começos de sua atuação como divulgador do urbanismo. Agache (1930) apresenta um plano completo de remodelação para a cidade do Rio de Janeiro e o estende nos capítulos sobre legislação para a escala do país.²⁷ Anhaia Mello define diretrizes na intenção de manter o equilíbrio harmonioso entre a natureza e a área urbanizada, preocupação matizada das ideias sanitárias, pela força da configuração estética e ética. Seu foco é São Paulo; porém, as bases teóricas dizem respeito a uma concepção teórica e geral de cidade e de montagem de diretrizes teóricas do urbanismo regional e nacional. Em Agache (1930), a grande preocupação se concentra primordialmente em questões sanitárias; em suas palavras: “melhorar o estado sanitário da população”. No apenso, dedica uma longa parte B ao “Projeto de Regulamentação Regional”, no qual define o equilíbrio entre volumes edificados e áreas livres para cada área da cidade, largura de ruas e arborização, contiguidade, insolação e ventilação para os diversos tipos de construção, em particular as habitações.

Há entre eles, contudo, um importante ponto de partilha: a concepção orgânica de cidade-sociedade, acentuada ao limite como metáfora operativa em Agache, atenuada, matizada em Anhaia Mello. Desse modo, a noção de “evolução”, em seus vários sentidos, preside a base de seus modos de pensar a cidade e de fazer/compor o pensamento urbanístico. A concepção orgânica compartilhada nos leva a indagar sobre o modo pelo qual noções dos saberes biológicos e fisiológicos, utilizadas na prática da medicina, deslizam, embora em níveis desiguais, como imagens metafóricas para a formação do pensamento urbanístico.²⁸

MARCOS TEÓRICOS:

CONCEITOS, NOÇÕES, METÁFORAS, TEMPORALIDADES

O plano de Agache mantém estreita proximidade com trabalhos que, durante o século XIX, associaram médicos higienistas e engenheiros sanitaristas aos quais coube definir práticas para adequar os diversos espaços físicos nos quais a vida cotidiana transcorria, de modo a evitar a sucessiva eclosão de epidemias mortais e doenças contagiosas, como a sífilis e a tuberculose. A participação junto ao Museu Social, fundado em 1894-1895,²⁹ e, nele, a presença de médicos e arquitetos na Seção de Higiene indicam a forte ênfase sanitária no modo de pensar e fazer urbanismo em Agache. Nessa partilha do sensível urbano, se configuraram modos de ver e pensar as cidades na figura do “organismo” que persistem até hoje, embora renomeados, reformulados em seus parâmetros mais flexíveis. Talvez os mais atuais estejam nos discursos sobre a sustentabilidade e a ecologia.

Nos 1800, a parceria entre médicos e engenheiros, a correlação entre corpos orgânicos, em particular o humano, e a materialidade do ambiente urbano se deu no deslizamento dos campos de formulação de noções anatômicas, físicas e fisiológicas, transmutadas em metáforas operativas na formulação das ciências humanas e do pensamento urbanístico.³⁰ Há textos nos quais é significativo esse compartilhamento do sensível, e um deles deve-se ao médico Jules Rochard, autor do *Traité d'hygiène sociale*, de 1888, e diretor da *Encyclopédie d'Hygiène et de Médecine Publique*, de 1891. Desta, participaram profissionais de

formação diversa voltados no tomo três para temas relacionados a *hygiène urbaine*. No decorrer das mais de 800 páginas desse terceiro tomo da *Encyclopédie*, adotam um procedimento protocolar: uma primeira parte dedicada à “história” ou ao acompanhamento das várias fases da vida humana em coletividade, estágios da higiene urbana e aspectos técnicos da escolha da localização, dos vários componentes do edificado, equipamentos e cuidados de “higiene”. Em seus capítulos, estão presentes as noções de “artérias – canais aéreos” e “meios de circulação”, com preocupações relativas à aeração, “respiração” e “insolação”, nelas incluídas as habitações e os prédios de uso coletivo ou público. Embora termos da medicina percorram os textos sempre na intenção de formar ambientes saudáveis, não se formula uma concepção da cidade como corpo orgânico. A terminologia da área médica convive com preceitos técnicos da engenharia bastante detalhados na figuração da competência do higienista, impondo exigências aos construtores com base no preceito “toda despesa feita em nome da higiene é uma economia”. (ROCHARD, 1891, p. 319)

O deslizamento de noções do corpo físico, das funções fisiológicas e partes dos organismos vivos para a condição de noções capazes de dar a ver, pensar e falar as cidades implicou instrumentalizar esses preceitos no modo de metáforas. Um deslizamento que permite aproximar, tratar pela similaridade imaginada, estabelecer parentesco entre coisas/ideias heterogêneas; em outras palavras, “enxergar a semelhança”, diz Ricoeur (1992), “é ver o mesmo apesar, e através da diferença”. Trata-se de um jogo da imaginação que assimila sem eliminar as diferenças. A metáfora confere uma dimensão pictórica por seu “caráter *figurativo*”, “designa o significado conceitual e seu envoltório pictórico”. Sua dimensão figurativa trabalha a imaginação, provoca o sentimento, faz com que a metáfora tenha grande poder persuasivo. (RICOEUR, 1992) A noção de organismo ou corpo orgânico como metáfora que faz “ver” a cidade possibilita formar a esquematização de uma representação icônica, predicativa, ao expor relações de uma maneira figurativa. Seu caráter figurativo cumpre dupla função: diagnose e solução do problema, que se associa à palavra “urbanismo” como “ciência de observação”, dado o modo pelo qual o urbanista decompõe a cidade para detectar “a(s) patologia(s)”. Aliás, diz Luis Arenas (2011, p. 67), outro filósofo: “as metáforas

comprometem”, “elas nos pensam”; “cada metáfora envolve uma promessa de sentido que excede provavelmente o alcance que seu usuário ou inventor pretendeu atribuir-lhe”.

Em Agache (1930), a associação entre o organismo humano e a cidade se dá de modo direto e a metáfora se cola à cidade para expor e explicar o porquê da “tão lenta evolução” do Rio de Janeiro e atribui-la às “mórbidas manifestações de seu crescimento, nem previsto, nem guiado”. Um “caso patológico”, enfermidade que ele, como uma “espécie de médico”, trará a solução para curar a “moléstia não congênita” da “Mlle. Carioca”. O vocabulário adotado por Agache (1930, p. 5-7) se firma na noção de “organismo urbano”, metáfora que lhe permite aproximar duas imagens diversas e acoplá-las numa mesma figuração: “como no [ser] humano encontramos [na cidade] uma anatomia e as suas funções”. Se a “anatomia é o próprio plano que a define”, sua “vertebração” diz respeito ao “conjunto de terrenos, edificados ou não, à divisão dos quarteirões”. Já as “funções da cidade” se dispõem sobre as do organismo: a “circulação”, cujo “único remédio” para a congestão é a descongestão (em termos técnicos, “o remodelamento”); a “digestão”, responsável pela “canalização de águas e sistemas de esgotos, essenciais à higiene urbana”; e a “respiração”, relacionada aos “espaços livre coletivos”, de modo a prever a distribuição equitativa de certo número de terrenos para evitar “a asfixia”. O recurso às metáforas biológico-médicas se desdobram na imagem das casas, as células da cidade, com todo um capítulo dedicado a elas. Complementa sua “comparação” a figuração do “sistema nervoso urbano” associado às comunicações postais, telefônicas, telegráficas, controladas e coordenadas em seus movimentos. (AGACHE, 1930, p. 7)

A associação ao corpo orgânico se fecha com a noção de “beleza” a ser adicionada “à saúde e ao equilíbrio”, “isto é, a harmonia e as proporções”, aproximando “estética urbana” e “estética humana”, associação que, para Agache, define a junção da ciência à arte e confere ao urbanismo a dimensão de “filosofia social”. (AGACHE, 1930, p. 7-8) A noção estética de ambientes urbanos também se explicita como metáfora na terceira conferência, quando se desloca para as “favelas, uma espécie de cidade-satélite”, correlatas às cidades-jardins,

uma forma de cidades-satélites, embora delas se diferenciem por serem de formação espontânea, cuja população é “meio Nômade, avessa a toda e qualquer regra de higiene”. Formam-se pela tendência “tentacular das cidades modernas” como “aglomerações parasitárias”. A proposta de cidade-jardim de Howard configura a solução; em suas palavras: “o melhor exemplo” de formação de “novos organismos”, tais como Letchworth e Welwyn, estruturadas na forma de “organismos econômicos, geralmente na forma cooperativa e na concepção de solidariedade”. Outros exemplos citados por ele referem-se às cidades de empresas implantadas na França. (AGACHE, 1930, p. 20-25)

A imagem metafórica se desloca e se fixa na noção de ciência, parte do longo debate – urbanismo: ciência ou arte? –, e Agache expõe a íntima conexão entre a “ciência da observação”,³¹ a análise pela decomposição da cidade em seus “primitivos fatores” – bairros, trânsito, circulação, solo e subsolo, e a arte de “interpretar as observações científicas e as necessidades técnicas em um conjunto de harmonia e beleza”. Caberia ao urbanista ter a sensibilidade de, ao remodelar a cidade, compor os diversos elementos necessários para formar o ambiente adequado para nelas se viver. Agache entende o urbanismo como filosofia social que adquire seu pleno sentido na exigência de urbanidade não somente entre pessoas, mas também entre as coisas. Urbanidade e polidez entre os habitantes, extensiva ao “urbanismo e seus preceitos – regulamentos de construção, de circulação e de higiene”; ao urbanista, portanto, reserva-se a função de catalizador, a centelha que deve provocar “a cooperação do entusiasmo público”. “Chefe de orquestra”, o urbanista rege os vários elementos, sua “sensibilidade” o faz detentor “[...] do poder de exteriorizar, plasticamente o quadro onde todos os efeitos sociais da vida se manifestam em imediata coordenação”. (AGACHE, 1930, p. 8-9) Anhaia Mello (1961) compartilha essa concepção e a detalha: “o urbanista é quem dirige a orquestra e comanda os metais, sopros, cordas, etc. Para isto, deve ter uma partitura na sua frente”. Nesse ponto, se afasta de Agache, pois declara: “*essa partitura se chama bem comum*”. (MELLO, 1961, p. 5, grifo do autor)

Agache (1930) desdobra a metáfora das funções: a função política (centro administrativo, atribuída ao Rio de Janeiro desde 1763) e a econômica (comercial e industrial), elementos que, analisados,

deveriam dar respostas satisfatórias a seu bom funcionamento. Como toda grande cidade, afirma Agache (1930, p. 119-121), ela tem “uma razão biológica de existir”, corresponde à região onde se dá a “organização nacional do país; a grande cidade é o coração, o centro nervoso e o cérebro de um país”. Seu “desenvolvimento necessita de diretiva”, o que corresponde a “traçar a ossatura das vias”, propor o *zoning*, prever “toda a escala de tipos de habitação” e a “criação de espaços livres”, para os quais o arquiteto propõe agregar os parques e jardins existentes numa “rede de avenidas arborizadas, um sistema de parkways”, completado por grandes parques, campos de esportes e piscinas. Para o urbanista, a “envergadura do projeto de remodelação” é prevista sob o triplo ponto de vista da superfície utilizável, da densidade de população e da sua duração no tempo. Ele não se mostra avesso à “descentralização progressiva da cidade em aglomerações de menor porte”, porém considera inadequada se não for em resposta a “disposições favoráveis à industrialização”. (AGACHE, 1930, p. 126-131)

Anhaia Mello é menos metódico no uso de metáforas orgânicas, talvez por ser seu ponto de partida a noção de “ambiente”, a “urbanicultura”. Fundamentada no campo ético da “temperatura moral”, proposto pelo historiador Hippolyte Taine, considera a relação entre ética e estética capaz de dar lugar a “grandes realizações de remodelação e extensão urbanas”. Essa noção ética e estética, colocada já na primeira palestra, o opõe à Agache, e também à de seu colega paulista Francisco Prestes Maia, que, nas páginas introdutórias do *Plano de avenidas*, relacionava a estética intrinsecamente à técnica quando dizia:

[...] na realidade um sistema de avenidas é inseparável de todo plano de viação, liga-se a todo o conjunto da cidade, [...] qualquer projeto de rua envolve, explícita ou implicitamente, uma concepção sobre a cidade, sua estrutura e desenvolvimento. (MAIA, 1930, p. 4)

Oposição é reafirmada por Anhaia Mello (1933a, p. 210) quando sentencia: “Urbanismo não é traçar ruas e perspectivas, mas sim dotar esse ser moral coletivo, que é a comuna, com um órgão adaptado às suas necessidades e às suas aspirações e ideias do tipo social a que ela pertence”.

Sua matriz ética se encontra traduzida em várias citações de filósofos, poetas e engenheiros, como William Lethaby, *town-planner* inglês, para quem, em citação de Anhaia Mello, “o grande fim da vida urbana é produzir tipos cada vez mais perfeitos e acabados de civilização e de civildade. Construir cidade é construir homens”. Esse objetivo configura uma certa ambiguidade na acepção do termo “ambiente”, pois há uma concepção simbólica compartilhada com Lethaby (2005, p. 2-5) quando Anhaia Mello (1929a, p. 16-17) afirma: “O ambiente urbano é que plasma o caráter humano, de acordo com a própria feição, para a fealdade ou para a beleza”. Daí ser sua primeira preocupação a de formar a “opinião pública efetiva, esclarecida, controlada, organizada” e, para tanto, voltar-se para a “propaganda”, procedimento inverso aos de Agache e Prestes Maia e ao de Bennett e Burnham, responsáveis pelo *Plano de Chicago*, para os quais a propaganda se daria após os planos já formulados, com a larga difusão ao público.

Porém, há em Anhaia Mello uma avaliação positiva do *Plano de Chicago*, apoiada em dois pontos fundamentais: serve de crítica à “velha cidade em xadrez, símbolo típico da falta de alma (referência a Spengler), um produto artificial e matemático, cidade de arquitetos municipais”, e de estratégia a ser adotada – chamar as associações civis a tomar a iniciativa do plano: formar uma grande comissão, que, no caso da cidade de Chicago, fora composta por 328 membros dedicados inclusive à propaganda extensiva às escolas. Por menções como essa, como observamos, Anhaia Mello recorre à noção de “contágio mental” para esclarecer a opinião pública.

Anhaia Mello (1929b) acompanha Agache ao afirmar ter a cidade “evoluído” e, com ela, o “conceito de parque”; da “função de reservatórios e filtros de ar ou pulmões das cidades” para “terrenos de jogos, com areia, barras fixas, e todo o arsenal do recreio organizado moderno”. Aproxima-se de Agache ao atribuir dupla finalidade ao “recreio ativo” – recriar “as energias gastas na dura labuta diária para a própria subsistência [...] e para o progresso da cidade”. (MELLO, 1929a, p. 24, 1929b, p. 16-17) Até onde, porém, a noção de função e palavras como “pulmões da cidade” configuram uma adesão à concepção orgânica de cidade? Termos como “circulação”, para expor “o mais premente dos problemas modernos”, ou “desenvolvimento”,

quando se refere à expansão física e demográfica da cidade de São Paulo, compartilham imagens da cidade como “fenômeno complexo”, “conglomerado de edifícios”, “agrupamento humano”, e deslizam para outra inserção verbal: o “verdadeiro mecanismo psicológico, expresso em práticas, hábitos comuns, sentimento e tradições, uma unidade cultural típica”. A etérea expressão de Spengler, retomada por Anhaia Mello (1929a, p. 49-50), “a alma da cidade, alma coletiva de nova espécie, com um corpo visível, de feição peculiar”, se associa de modo um tanto contraditório à imagem física da cidade proposta por Robert Park – “um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram”.

Se Anhaia Mello usa a noção de “metabolismo urbano” ao tratar do tema da “agregação e expansão, descentralização” e da noção de “sistema” para falar de ruas, distribuição de água, de transportes coletivos – e o estende, em artigo subsequente, ao sistema de recreio –, remete a “um plano lógico, ordenado de distribuição, de ligação entre essas áreas”. (MELLO, 1928b, 1931, p. 357) O recreio obedece a “objetivos – atividade, formação de hábitos, formação do caráter e do cidadão útil à pátria”, “a justiça social” – não a funções. (MELLO, 1929b) Por vezes, parece ser clara sua adesão ao organicismo, como no artigo “A cidade celular”. Porém, a imagem orgânica do título logo se desfaz na noção de ordenamento, nos aspectos econômicos e financeiros, na noção de “agenciamento urbano”. Usa as imagens de senso comum – “cancros sociais” – associadas aos cortiços e a de “núcleo” para expor a necessidade de haver centros de comércio nas “células”, dada sua “situação periférica”. (MELLO, 1933a) Critica, entretanto, colocar em paralelo “organismo urbano e organismo humano”, as “referências a cidades como organismos”, e interpõe uma diferença fundamental. Porém, ao expor a diferença, recua e afirma serem as cidades organismos que crescem indefinidamente opostas aos organismos vivos que dispõem de entelúquia – controle das próprias funções internas. O “remédio corretivo” estava no planejamento. (MELLO, 1961)

A coexistência de metáforas organicistas em Anhaia Mello remete mais à condição de uso do campo de noções comuns partilhadas pelos profissionais do urbanismo do que à adesão mais significativa

de Agache, para quem a cidade se desdobra na imagem do organismo vertebrado com órgãos dotados de funções. Une-as por serem noções utilizadas como metáforas – colocam lado a lado duas coisas diferentes e as aproximam por mostrar a semelhança sem apagar a diferença. Tem um caráter descritivo e operativo; configura, em seus textos, a instrumentalização de noções imagéticas correntes na área das ciências humanas, pelo pensamento e os modos de fazer do urbanismo.

Para tanto, consideramos a orientação teórica de Jacques Rancière (2005, p. 14) quando, ao criticar o sentido genérico dado à palavra “modernidade”, buscou “assinalar alguns marcos, históricos e conceituais” necessários para a “reformulação de certos problemas que”, em geral, enfatiza o autor, “são confundidos por noções que fazem passar por determinações históricas o que são *a priori* conceituais e por determinações conceituais, recortes temporais”. Deslizam para um uso “naturalizado”. Aceitamos, assim, o desafio proposto por Rancière para entrar em nosso tema – modos de fazer o pensamento urbanístico por associações – e acolhemos ser a “partilha do sensível, o sistema de evidências sensíveis que releva, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas”, define competências, de ver, o que ver e falar sobre as cidades.

A CONSTRUÇÃO DE UM PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE AS REDES INTERAMERICANAS DE URBANISMO E PLANEJAMENTO MUNICIPAL NO SÉCULO XX

Todo modo de pensar traz consigo algo que é o (seu) modo de fazer, construir aquilo que é a construção desse pensar. E desde os primeiros passos pelo caminho, que tem seu fundamento na intersecção entre o urbanismo e a história, todo modo de pensar tem um modo de fazer consubstanciado nessa ideia de construção. Constrói-se ao pensar. Constrói-se ao fazer. E a matéria-prima basilar desse contínuo e não linear movimento de construção é a documentação. O documento

é o centro; ele está naquela intersecção, mas, ao mesmo tempo, ele não é a verdade absoluta. O documento não existe fora da relação pensar-fazer. Para fazer, é preciso pensar, e é pelo documento que o pensar se materializa, ou que se materializa a interpretação.

Esses caminhos ou relações partem de uma compreensão primária: como um trabalho que, na sua base, passa pelo campo da pesquisa histórica – a história urbana. Portanto, nas necessárias relações interdisciplinares entre os campos disciplinares da história e do urbanismo, é fundamental partir do pressuposto precedente da história como uma escrita. Na pesquisa sobre as redes ibero-americanas de profissionais e instituições com foco no planejamento municipal ou em qualquer outra pesquisa, os vestígios documentais foram e são a base dos diversos caminhos já percorridos.

O conjunto de documentos já catalogados e registrados não é, porém, o absoluto de todo o debate empreendido no âmbito municipalista ibero-americano, mas, justamente, o conjunto documental vem possibilitando um conjunto de interpretações – entre outras possíveis – sobre o processo histórico de construção das redes profissionais e institucionais, suas concepções e realizações no contexto espacial inicialmente brasileiro, passando pelo interamericano e também ibero-americano. Partindo desse pressuposto não absoluto, se abre sempre a possibilidade para outros percursos analíticos geralmente orientados pelos interesses *a priori* das pesquisas – com outras possíveis perguntas – ou, ainda, pelas informações que os próprios documentos oferecem ao pesquisador ao longo do processo de levantamento e análise do material.

E o procedimento considerado, nesse ponto, apropriado – ou o modo de fazer que mais próximo está do percurso que tem sido desenvolvido nessas pesquisas – advém das proposições da chamada micro-história italiana, em especial, o que já foi formulado por Giovanni Levi no artigo “Sobre a micro-história” (1992). Esse modo de fazer deve passar pela incorporação:

[...] ao corpo principal da narrativa os procedimentos da pesquisa em si, as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as

construções interpretativas. Esse método rompe claramente com a assertiva tradicional, a forma autoritária do discurso adotada pelos historiadores que apresentam a realidade como objetiva [...] O processo de pesquisa é explicitamente descrito e as limitações da evidência documental, a formulação de hipóteses e as linhas de pensamento seguidas não estão mais escondidas dos olhos do não-iniciado. (LEVI, 1992, p. 153)

Sem receios das lacunas ou “limitações” documentais que existiram e continuarão a existir em qualquer pesquisa histórica – no caso, especialmente os debates sobre planejamento municipal em suas dimensões urbana e regional arrolados nos contextos municipalista institucionais e profissionais brasileiro, interamericano e ibero-americano –, é fundamental pensar as proposições arroladas no pensamento urbanístico internacional ao longo de grande parte do século XX. Considera-se, portanto, que o contexto das discussões e proposições municipalistas delineadas nas instituições não é algo fechado, internalizado. Ao mesmo tempo, ainda que conceitualmente as problemáticas municipais para o desenvolvimento tenham a mesma base, é preciso tentar considerar os contextos históricos nacionais, mas sem naturalizá-los como realidade isolada e, nesse sentido, considerar uma dimensão transnacional.

Em termos gerais, são esses os modos de fazer com os quais se tem trabalhado para atingir o objetivo das pesquisas: historiografar as redes profissionais e institucionais de atuação nos campos do urbanismo e do planejamento urbano-regional nos contextos municipalista brasileiro, interamericano e ibero-americano entre as décadas de 1930 e 1970. A intenção é abordar o conjunto de suas concepções e realizações em meio ao grande processo de urbanização que caracterizou esse período em todo o mundo ocidental. E no caso das interlocuções com Espanha e Portugal, isso implica cotejar as discussões e concepções num sentido mesmo ibero-americano, como já tem sido feito em relação à Espanha, pois as redes profissionais e institucionais também se constituíram ao longo do século XX no espaço cultural que tem o Oceano Atlântico o ponto de articulação para pensar para além das determinações nacionais ou continentais.

O PERCURSO INICIAL:

URBANISMO E MUNICIPALISMO NO BRASIL NO SÉCULO XX

O interesse inicial sobre esse tema surgiu a partir do mapeamento de documentos que informavam a vinculação de José de Oliveira Reis³² com o debate municipalista. Três atividades por ele realizadas entre as décadas de 1940 e 1950 informavam essa aproximação.

A primeira está enunciada em dois momentos temporalmente distantes, mas relacionados ao mesmo evento: a elaboração do Plano Diretor de Ribeirão Preto no ano de 1945 e o seu retorno ao município do interior paulista no ano de 1955 para avaliar os trabalhos que haviam sido realizados. Nessa segunda ocasião, proferiu a palestra “O urbanismo e sua influência no município”,³³ quando apresentou seu posicionamento crítico ao urbanismo relacionado inicialmente à arte de projetar cidades; em seguida, enunciou que, naqueles anos da década de 1950, o urbanismo deveria ser pensado em termos de planejamento como nova técnica social, não mais restrito à área do município. Como contraponto a essa ideia de projetar cidades, defendeu a escala regional de planejamento, ao mesmo tempo em que levantou um ponto central ao campo programático municipalista ibero-americano: a autonomia dos municípios.

A segunda aproximação ocorreu no âmbito do I Congresso Nacional de Municípios Brasileiros, organizado pela Associação Brasileira de Municípios (ABM), em Petrópolis no ano de 1950. Na documentação analisada na tese, não foi possível localizar alguma informação sobre a presença de José de Oliveira Reis durante as atividades do congresso, até porque, entre as sessões temáticas, não havia uma explicitamente dedicada aos temas do urbanismo e do planejamento. Isso só ocorreu no II Congresso, realizado em 1952. O documento que informa alguma relação de José de Oliveira Reis com o congresso da ABM em Petrópolis é a edição nº 11, de julho-setembro de 1950, da *Revista Brasileira dos Municípios*, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Consta na apresentação da revista que o conjunto de artigos centrados no tema do planejamento municipal era uma contribuição da Associação Brasileira de Planejamento ao referido I Congresso Nacional de Municípios Brasileiros, tendo entre seus

autores José de Oliveira Reis, autor do estudo “Problemas técnicos”.

A terceira indica a aproximação não apenas de José de Oliveira Reis, mas de outros profissionais e das instituições municipalistas brasileiras – ABM e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) – com o contexto ibérico, em especial, o espanhol. Isso se deu pela aproximação com o Instituto de Estudios de Administración Local (Ieal), que havia sido criado em 1940 pela ditadura de Franco. No ano de 1955, o Ieal organizou e realizou, na cidade de Madrid, o I Congresso Iberoamericano de Municipios, que contou com a participação de diversas delegações do continente americano,³⁴ incluindo os brasileiros Osmar Cunha, presidente da ABM, e Antonio Delorenzo Neto, diretor do Instituto de Estudos Municipais da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. O primeiro documento que indica a interlocução José de Oliveira Reis a esse contexto é a publicação dos anais relativos ao II Congresso, realizado em Lisboa no ano de 1959, ocasião em que ele apresentou o trabalho “Planejamento urbano e planejamento regional: sua interligação”.

Essa aproximação ao contexto ibérico gerou questionamentos no decorrer do processo da pesquisa. Com a localização de alguns textos dispersos sobre esses congressos nos arquivos da biblioteca do Ibam, no Rio de Janeiro, surgiu interesse e motivação para a realização da primeira viagem de pesquisa à Espanha em 2008. Isso porque, durante a pesquisa sobre a trajetória profissional de José de Oliveira Reis, surgiu a indagação sobre a existência anterior de outro conjunto de congressos que aconteciam no continente americano desde a década de 1930 e que não fazia sentido se tinham alguma relação institucional com os que foram organizados pelo Ieal. O objetivo da viagem à Espanha foi, portanto, o de levantar informações e documentações sobre as atividades do Ieal e as possíveis relações existentes com as instituições e profissionais americanas e, em certa medida, sobre o debate urbanístico no contexto municipalista espanhol e europeu.

Já de saída, foi possível constatar que os congressos iniciados pelo Ieal em 1955 ocorreram em datas distintas do conjunto de Congressos de Municipios realizados no continente americano desde a década de 1930. Qual era, então, a origem institucional e característica

daqueles congressos realizados no continente americano, se eles não tinham relação com o Ieal? A referência é ao conjunto de congressos que integravam – e ainda integram – as atividades da Organização Interamericana de Cooperación Intermunicipal (O.I.C.I.), tendo o primeiro congresso sido realizado em 1938.

Tal qual já explicitado no artigo “Pensar por redes” para o tomo *Modos de pensar*, a O.I.C.I. foi criada em 1938 na cidade de La Habana como decorrência das atividades gestadas nos âmbitos político-diplomáticos das Conferências Interamericanas realizadas desde 1890 – a primeira delas em Washington –, que culminariam na criação da Organização dos Estados Americanos (OEA). Na quarta Conferência Interamericana, realizada em Cuba em 1928, foi aprovada, pela Resolução nº 47, a criação de um congresso panamericano de municípios. Esse congresso só viria a ocorrer dez anos mais tarde, em 1938, também em La Habana. Foi nessa ocasião que surgiu a proposta de criação da O.I.C.I., que ainda hoje existe e, desde então, manteve, com importante regularidade, seus encontros, tendo o Rio de Janeiro sediado o VII Congresso Interamericano de Municípios, em 1958.

Com esse cenário complexo de encontros internacionais – uma parte deles na Península Ibérica, a outra no continente americano –, foi necessário e quase óbvio formular uma indagação: se já existiam congressos de municípios desde 1938, quais as particularidades dos congressos inicialmente organizados pelo Ieal em 1955? Foi necessário abrir uma nova rota de investigação em relação ao municipalismo no Brasil e no continente americano, ou seja, tentar compreender de que forma e sob a orientação de quais instituições esse mesmo debate estava acontecendo na Europa, em particular nos países ibéricos.

A pesquisa realizada em Madrid no ano de 2008 se confirmou, portanto, necessária e esclarecedora: tratava-se de duas ocorrências completamente distintas. Após 15 anos de sua fundação e de discussões sobre urbanismo e planejamento atrelados ao debate municipalista espanhol, o Ieal entendeu oportuno organizar, em 1955, o que foi chamado de Congresso Iberoamericano de Municípios. Na sequência, foi celebrado em Lisboa, em 1959; Brasília, em 1965; Barcelona,

em 1967; e Santiago do Chile, em 1969. Como consta no tópico “Antecedentes y Organización” dos anais do I Congresso:

Faz tempo que está latente o propósito de reunir em Madrid um Congresso de Municípios que permita a vinculação em tarefas de estudos e proposições para o futuro dos países hispânicos [...] A maturidade da consciência municipalista que esses países alcançaram, a similaridade de origem e a compatibilidade de suas trajetórias propiciam o intercâmbio de iniciativas e de experiências na área exclusiva da informação e do estudo.³⁵ (CONGRESO IBEROAMERICANO DE MUNICIPIOS, 1956, p. 17)

Com sessões temáticas centradas em assuntos relacionados às grandes concentrações urbanas sob o ponto de vista administrativo e de gestão urbanística; às atividades industriais e comerciais, às finanças municipais e criação de bancos municipais; e às articulações municipalistas entre os países, o congresso demarcou importante aproximação com o contexto institucional municipalista interamericano – à época, representado pela O.I.C.I. e por algumas entidades nacionais, como a ABM. Nesse sentido, ainda que os congressos tenham origens institucionais distintas, é inegável o papel que exerceram no processo de articulação ibero-americana, que desde então ganhou contornos mais sólidos – iniciados, em certa medida, durante o IV Congresso da União Internacional de Cidades,³⁶ realizado na Espanha em 1929 –, com aproximações e interlocuções profissionais e institucionais, incluindo a mudança de nome da O.I.C.I., em 1976, de “Interamericana” para “Ibero-americana”.

Em relação à aproximação brasileira a esse contexto institucional do Ieal, além presença de José de Oliveira Reis, que foi, nesta pesquisa, “a porta” de entrada no universo municipalista ibero-interamericano, a presença da ABM também foi fundamental e, por ela, o caminho quase “natural” pelo percurso inicial de investigação sobre o urbanismo no âmbito do pensamento municipalista. Existe ainda outro profissional brasileiro que, esse sim, teve e tem papel central na pesquisa em desenvolvimento sobre os contextos ibérico e interamericano: o advogado Antonio Delorenzo Neto.

Foi a sua atuação, inclusive como representante oficial da ABM e em algumas ocasiões do governo brasileiro, que estruturou o caminho de investigação sobre as instituições interamericanas, particularmente a O.I.C.I. e o Ieal. A aproximação e interlocução com essas instituições está registrada sobretudo no conjunto de cartas trocadas entre Delorenzo Neto e os representantes de ambas.³⁷ É inclusive nesse conjunto de cartas que está o convite, com data de 11 de dezembro de 1968, da Sociedad Interamericana de Planificación (Siap) para que Delorenzo Neto fizesse parte da instituição como membro individual. Sua trajetória profissional no Brasil durante na década de 1950 esteve atrelada à Escola de Sociologia e Política de São Paulo, incluindo o cargo de diretor do Instituto de Estudos Municipais dessa escola. Foi inclusive nesse período que propôs e organizou o I Seminário Interamericano de Estudos Municipais, ocorrido entre os dias 5 e 7 de novembro de 1958, como atividade acadêmica que antecedeu a realização do VII Congresso da O.I.C.I. no Rio de Janeiro nesse mesmo mês e ano.

Entre as sessões temáticas, a que foi denominada “O município em face do planejamento regional” teve como conferência central “La organizacion del plan regulador de la ciudad de Buenos Aires y el planeamiento del gran Buenos Aires”, proferida por Carlos Mouchet e Eduardo Sarraih, professor de Direito Público e professor de Urbanismo na Universidade de Buenos Aires, respectivamente. Essa articulação entre um jurista e um urbanista no estudo sobre Buenos Aires reforçava a importância do debate, naquele momento, sobre os planos urbanísticos e os planos regionais em articulação com os estudos sobre a descentralização administrativa e autonomia municipal, dois temas centrais e estruturais do pensamento municipalista interamericano, incluindo as discussões vigentes no Brasil, nos âmbitos institucionais da ABM, do Ibam, e dos Congressos Nacionais de Municípios Brasileiros.

IDEIAS EM CONSTRUÇÃO:

OS CONGRESSOS NACIONAIS DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Com a realização do I Congresso Nacional de Municípios Brasileiros, em 1950, e a organização do Ibam em 1952, conformou-se o tripé institucional

do Movimento Municipalista Brasileiro, iniciado com a criação da ABM em 1946. Especialmente no caso dos Congressos Nacionais de Municípios Brasileiros, estes foram fundamentais para construção e legitimação das ações da ABM e do Ibam em relação aos interesses dos municípios brasileiros nas mais diversas áreas da administração pública municipal: saúde, habitação, urbanismo e planejamento urbano-regional, transporte, educação, cultura, finanças, entre outras.

Nos certames realizados entre 1950 e 1963³⁸ – este em Curitiba, um ano antes, portanto, da instauração do Ato Institucional nº 1 após o golpe militar de 1964 –, essas diversas áreas foram discutidas em comissões técnicas e publicadas nas cartas municipalistas, a primeira denominada *Carta de princípios, direitos e reivindicações municipais*. Particularmente, as áreas do urbanismo e planejamento urbano-regional receberam atenção específica nessas comissões técnicas a partir do II Congresso, realizado em São Vicente, no ano de 1952.

Entre os temas desse congresso de 1952, o de número IV, denominado Planejamento Municipal, discutiram-se questões urbanísticas municipais, passando também pelo planejamento e execução de serviços públicos e cooperação interadministrativa. Nesse mesmo congresso, o tema “habitação popular” foi debatido em outra sessão temática denominada de Assistência Social, desvinculando, de certa forma, a questão habitacional do processo de crescimento e desenvolvimento urbano no sentido urbanístico.

Essa desvinculação não era, todavia, uma concepção generalizada. No artigo “Urbanismo”, de autoria do Francisco Burkinski, publicado em setembro de 1953 na *Revista do Serviço Público* – em número dedicado ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros –, o autor afirmou que o urbanismo é a administração municipal no sentido amplo da palavra. Na sequência do artigo, Burkinski explicitou seu entendimento sobre habitação apontando que o plano de habitação da cidade abrange toda a área residencial, atrelando-o ao urbanismo, e não apenas à assistência social.

Na sequência dos congressos, sessões específicas sobre urbanismo e planejamento urbano foram ampliadas, possibilitando a participação

de profissionais urbanistas que atuavam nos municípios. No III Congresso, realizado em São Lourenço no ano de 1954, a sessão temática foi denominada de Planificação Municipal, resultando em discussões que abordaram a necessidade de implementação de processos de cooperação interadministrativa, que foram denominados de “consórcios municipais”.

Desse mesmo III Congresso Nacional, surgiu ainda uma recomendação, a Recomendação nº 1, em relação à escala de atuação do planejamento ao apresentar a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Obras e Serviços Municipais. Com essa recomendação, não mais unicamente a dimensão municipal do planejamento estava em debate, mas a regional e a nacional. Portanto, pela atuação no campo do desenvolvimento planejado dos/pelos três entes federados: a União, os estados e os municípios. Ainda segundo o texto da Recomendação nº 1, o Plano Nacional de Obras deveria ter fundo “financeiro próprio e administração especial [...] para ser executado mediante convênio entre os entes federados”.³⁹ (CADERNOS DE CULTURA MUNICIPALISTA, 1959, p. 48)

O reconhecimento, por parte dos municipalistas da ABM e do Ibam, em relação a essa dimensão nacional-regional do planejamento não mais circunscrito aos limites municipais seria reafirmado no IV Congresso, realizado no Rio de Janeiro em 1957. Na estrutura organizacional do congresso, incorporou-se sessão específica sobre projetos regionais e locais para discussão da Operação Município. Essa operação foi pensada como um dos “planos especiais” do Plano Geral da Lei Pró-Município, inicialmente apresentada pelo deputado Jarbas Maranhão no Congresso Nacional como Projeto nº 4.614 no ano de 1954. (NUNES, 1957, p. 151)⁴⁰ Um substitutivo a esse Projeto nº 4.614 foi elaborado por Teixeira de Freitas como contribuição da ABM aos trabalhos na Câmara dos Deputados – foi esse projeto substitutivo que recebeu a denominação de Plano Geral da Lei Pró-Município. Segundo a revisão substitutiva, a proposta estava estruturada na elaboração de “plano nacional de diretrizes e bases e de iniciativas e acordos intergovernamentais [...] no que respeita ao fortalecimento sócio-econômico e político-administrativo do Município”. (NUNES, 1957, p. 147)

Conforme disposto no artigo 4º, o plano estaria estruturado, além do plano especial Operação Município, em três outros planos especiais: plano de Cooperação Intermunicipal, plano Criação de Municípios e plano Levantamentos Geográficos Cadastrais e Estatístico-Censitários Municipais. Segundo a proposta substitutiva apresentada por Teixeira de Freitas – Capítulo II, Da “Operação Município”, artigo 6º –, a Operação Município é:

[...] o plano de ação e de recursos financeiros, estabelecendo as normas para a realização de obras e serviços [...] em regime de cooperação, tendente a assegurar o desenvolvimento planejado das entidades comunais [...] mormente as pertencentes a uma mesma região geoeconômica. (NUNES, 1957, p. 151)

Nesse sentido, ao apresentar o projeto substitutivo Plano Geral da Lei Pró-Município, a própria ABM indicava sua vinculação aos caminhos do planejamento regional-nacional, tal qual conduzido pelo governo federal na década de 1950 com o Programa de Metas,⁴¹ a construção de Brasília e a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O que foi caracterizado no Plano Geral da Lei Pró-Município como plano especial de Cooperação Intermunicipal, é resultante direto desse processo de atuação institucional do municipalismo brasileiro no âmbito da ABM, Ibam e dos Congressos Nacionais dos Municípios Brasileiros. A previsão do plano de instalar Consórcios Municipais reforça essa compreensão regional-nacional, mesmo que político-ideologicamente mantendo a defesa da autonomia municipal sobre seu peculiar interesse nos termos da Constituição “Municipalista” de 1946.

É importante frisar ainda que, no contexto da década de 1950, o pensamento urbanístico brasileiro estava também fortemente inserido no debate sobre o planejamento regional. Essa inserção permeou os debates no âmbito dos Congressos Nacionais de Municípios e das próprias revistas da ABM e Ibam, respectivamente *Revista brasileira dos municípios* e *Revista de Administração Municipal*. E não poderia ser diferente, já que os profissionais que participavam dos congressos e escreviam nas revistas atuavam como urbanistas nos municípios, muitos como funcionários dos setores municipais de urbanismo, outros como consultores; às vezes, as duas funções.

O engenheiro José de Oliveira Reis é um exemplo dessa dupla atuação, no seu caso, especialmente a consultoria que prestou ao município de Ribeirão Preto nos dois momentos já indicados, 1945 e 1955, e particularmente em 1955, quando apresentou considerações sobre a necessidade do planejamento regional e da cooperação intermunicipal, concebendo o urbanismo não apenas como projeto de cidade. Conforme passagem do texto da conferência:

Arte de planejar o desenvolvimento das cidades, com o objetivo de assegurar saúde, segurança e condições de trabalho aos seus habitantes, prevendo eficientes e convenientes formas de circulação e fomentando o bem comum. (REIS, 2001, p. 98-99)

Aspecto relevante na conferência foi a referência a Thomas Adams, como o fez Francisco Burkinski na publicação na *Revista do Serviço Público* de 1953.

Essa interlocução de ideias com o pensamento urbano-urbanístico de Thomas Adams presente na conferência em 1955 evidencia como essas concepções urbanísticas estavam também presentes e articuladas aos debates vigentes nos Congressos Nacionais dos Municípios Brasileiros. Da mesma forma, vigente na própria ABM e Ibam: Francisco Burkinski era membro ABM e seus textos sobre urbanismo na década de 1950 possibilitaram a interlocução de ideias dos profissionais brasileiros com profissionais de outros países.

Toda essa articulação contribuiu para a construção do que Sarah Feldman (2009, p. 3) chamou de “crença no planejamento regional no Brasil”, no sentido não apenas da “ampliação de escala territorial, mas como introdução de novas referências que superam a dimensão técnica que se instala na Era Vargas nas administrações municipais”. A atuação profissional de José de Oliveira Reis – que participou do I Congresso realizado em Petrópolis no ano de 1950 ao integrar uma publicação sobre urbanismo e plano diretor – explicitaria sua convergência com essa superação da dimensão técnica vigente nas administrações municipais entre 1930 e 1945, ele próprio um servidor municipal do setor de urbanismo.

Ao refinar sua concepção de urbanismo relacionando-a com a nova técnica social, que era o planejamento, argumentando que seria preciso pensar a cidade como organismo vivo e que o planejamento deveria atuar em seus diferentes tipos – físico, econômico, social, cultural e de área –, corroborava com a superação daquela dimensão técnica. Tanto que, ao concluir seu raciocínio, afirmou que o “urbanismo moderno dentro da nova técnica de Planejamento social” deve abranger “todo o município e, ir além, estendendo-se por toda região ecológica”. (REIS, 2001, p. 98-99)

Essa forma de pensar os problemas municipais e encaminhar soluções no campo do desenvolvimento urbano no contexto das décadas de 1950 e 1960 pelo planejamento regional coloca em evidência um programa de ação considerado estrutural para os municipalistas: a cooperação intermunicipal. Desde o primeiro Congresso Brasileiro de Municípios, em 1950, a temática da cooperação entre os municípios teve espaço relevante na agenda das discussões. No caso desse primeiro congresso, a pauta da cooperação foi organizada em duas sessões temáticas, a III e a IV, respectivamente denominadas de “Cooperação inter-administrativa. Como realizá-la e quais os problemas que a reclamam” e “Agrupamento de municípios para solução dos problemas regionais. Forma adequada para realizá-lo”.⁴² (1º CONGRESSO..., 1950)

A sessão “Cooperação Inter-administrativa” reforçaria os termos gerais daquele Plano Geral da Lei Pró-Município – que foi, como informado, um substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.614 de 1954 – sobre a necessidade de conjugar e convergir esforços das três ordens administrativas – União, estado e municípios – para promoção do desenvolvimento dos municípios. Nos termos dessa sessão III, que ocorreu no dia 7 de abril de 1950, União, estados e municípios deveriam unir “esforços e recursos, mediante acordos, convênios e contratos multilaterais” (1º CONGRESSO..., 1950, p. 5) para solução de problemas de interesse geral.

O ponto de aproximação e articulação dessa sessão III com a sessão IV, “Agrupamento de municípios para solução dos problemas regionais”, ocorreu no tópico II das suas conclusões, ao expor que a cooperação será “hábil para solução de problemas regionais, convindo que a reunião

dos Municípios interessados tome forma permanente, constituída como consórcio intermunicipal” (1º CONGRESSO..., 1950, p. 5) para o desenvolvimento econômico e social dos municípios participantes desses consórcios. A sessão IV não apenas corroborou esse encaminhamento pelos consórcios intermunicipais, como ampliou a própria dimensão da cooperação administrativa em relação ao seu aspecto jurídico-administrativo. Na primeira das suas conclusões, cuja sessão ocorreu no dia 6 de abril de 1950, o planejamento e a execução dos serviços municipais deveriam considerar o agrupamento de municípios que integrassem uma mesma “região geoeconômica”. Aqui, claramente uma concepção que não limitaria a cooperação intermunicipal em termos espaciais e territoriais àqueles municípios constituídos como “região” pela contiguidade dos seus limites jurídico-administrativos ou, ainda, delimitados como região administrativa de um mesmo estado.

Todas as conclusões resultantes dos debates realizados nas sessões do I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros foram sintetizadas no tópico IV da *Carta de princípios, direitos e reivindicações municipais*, documento final e oficial do Congresso de 1950. O texto da carta informa o reconhecimento da ABM e dos municípios brasileiros sobre as vantagens da cooperação para solução dos problemas de interesse comum, circunscrevendo essa cooperação pela relação entre a União, os estados e os municípios, dado que esses distintos “níveis de governo constituem as organizações políticas de natureza federativa”,⁴³ que eram – e são – a natureza da organização do Estado brasileiro.

Essas discussões e proposições sobre cooperação intermunicipal não ficaram limitadas ao I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros. Até chegar à revisão do Projeto de Lei nº 4.164 de 1954, coordenada por Teixeira de Freitas no âmbito da ABM, a formulação do Plano Geral da Lei Pró-Município passou pelo II Congresso, realizado em São Vicente no ano de 1953, com a temática “Convênios e acordos inter-administrativos” da sessão IV, Planejamento Municipal, e, como já discutido, pelo III Congresso, realizado no mês de maio do ano de 1954, em São Lourenço, em sessão de mesmo nome.

Nesse sentido, o que foi definido no Plano Geral da Lei Pró-Município como plano especial cooperação intermunicipal é resultante direto

desse processo de atuação institucional do municipalismo brasileiro no âmbito da ABM, Ibam e dos Congressos Nacionais dos Municípios Brasileiros. O documento da lei não é, portanto, resultante de uma interpretação individual, mas de instâncias institucionais do municipalismo brasileiro em coerência com suas posições e proposições programáticas construídas no âmbito da ABM. Na parte do “Capítulo 1 – Disposições Preliminares” do documento elaborado por Teixeira de Freitas, consumaram-se os encaminhamentos dos congressos desde 1950 ao apontar os consórcios municipais como ação das administrações comunais entre si para a execução da Operação Município – como informado, o primeiro dos planos especiais da Lei Pró-Município –, em associação com os Estados e a união.

No conjunto, o “Capítulo 3 – Da cooperação intermunicipal” da Lei Pró-Município e, especialmente, os artigos 23 e 27 informam detalhadamente o que foi construído em termos programáticos durante os três primeiros congressos, além de enunciar a noção de quadro metropolitano no interior com a participação de cidades-chave que seriam as sedes dos consórcios intermunicipais:

Art. 23º – Como decorrência do princípio fundamental firmado no art. 3º desta Lei, relativo à cooperação entre as três ordens administrativas e dos Municípios entre si, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento efetivo e orgânico do país, a execução do Plano denominado ‘Operação Município’ pressupõe a formação de uniões em todo o território nacional ou Consórcios de Municípios, visando-se a favorecer a solução conjunta de problemas que afetam os interesses dos Municípios pertencentes a uma região determinada, bem como a estabelecer um sistema de cooperação técnico-administrativa entre esses Municípios e entre os Consórcios Municipais e os órgãos de administração federal e estadual, que precisam atuar mediante descentralização regional ou sub-regional, segundo um planejamento prévio, em harmonia com as administrações locais. Art. 27º – Para melhor realização dos objetivos propostos pela formação dos Consórcios Municipais, será organizado previamente um quadro metropolitano interior, com indicação das cidades-chave que reúnam as condições para se tornarem as sedes dos mencionados Consórcios, de onde se irradiarão os estímulos e providências

tendentes a acelerar o progresso dos núcleos populacionais urbanos e rurais do interior e a promover a efetiva ocupação do território nacional. (NUNES, 1957, 155)

A citação indica a possibilidade de algum aprofundamento analítico sobre o tema da cooperação intermunicipal e sua relação com a organização federada no Brasil e os desequilíbrios urbano-regionais naquele momento. Não se pode desconsiderar a concentração espacial, mesmo que incipiente naquele momento, do processo de urbanização brasileiro no âmbito da economia nacional estruturada em bases industriais. Trata-se de um tema relevante ao se pensar, como fizeram, na ideia de promoção da “efetiva ocupação do território nacional”, o que coadunava com muitas das análises construídas por importantes autores sobre a precariedade das cidades do interior do país.⁴⁴

No caso da passagem que remete à organização federativa no Brasil, esta enuncia a necessidade de descentralização regional ou sub-regional mediante cooperação técnico-administrativa entre os consórcios intermunicipais e as estruturas de gestão da União e dos estados. E particularmente, um autor com importante atuação na ABM, nos Congressos Nacionais de Municípios Brasileiros e no contexto institucional ibérico-interamericano municipalista, é referência fundamental sobre o assunto: o jurista Antonio Delorenzo Neto, que, no ano de 1954, quando da realização do III Congresso Nacional de Municípios Brasileiros, integrava o Conselho Fiscal da ABM.

Desde sua primeira importante publicação, o livro *A planificação municipal de Guaranésia*, de 1951, Antonio Delorenzo Neto abordou as relações entre a cooperação intermunicipal, o planejamento regional e a descentralização administrativa como fator fundamental ao desenvolvimento municipal. Segundo o jurista:

[...] nos Estados de tipo federal, como o Brasil, havemos de concluir pela necessidade de planos regionais ou locais, considerando a descentralização administrativa e a autonomia municipal. Os grandes planos gerais podem constranger as unidades primárias [...]. Em relação aos problemas das cidades brasileiras, qualquer planificação deve, em larga parte, cuidar das questões de urbanismo. A solução ou previsão delas é

essencial ao destino de nossos grupos urbanos e à vida do país.
(DELORENZO NETO, 1951, p. 10)

Especificamente sobre a descentralização regional, o assunto foi tratado com maior profundidade no primeiro livro da trilogia Estudos Municipais 1948-1968, composta pelos seguintes títulos: *Interpretação do desenvolvimento municipal*, de 1968; *O município em face do planejamento regional*, de 1969; e *A perspectiva internacional do municipalismo*, de 1971. Ao analisar os pressupostos da descentralização e da centralização no primeiro livro da trilogia, desenvolveu seus argumentos focando a necessidade de pensar o direito positivo do município – e a caracterização jurídica do município – no âmbito dos estados federados pelo que chamou de “noção fundamental da descentralização”. Ao qualificar essa noção fundamental da descentralização, o faz conceitualmente como “perfeita” e “imperfeita”, abordando e defendendo especialmente a perfeita, que é quando as normas locais são estabelecidas de maneira definitiva e independente.⁴⁵ Na sequência dos argumentos sobre a descentralização, apresentou uma crítica sobre a Constituição de 1946, ao afirmar que:

[...] consagra a autonomia no plano político, não lhe correspondendo, porém, na órbita administrativa, a descentralização. A competência municipal é mínima, pois, as nossas Leis Orgânicas ao organizarem os municípios tiram-lhes a autonomia, prejudicando, em consequência, o progresso e a expansão da legislação municipal.
(DELORENZO NETO, 1968, p. 3)

Na sequência do seu argumento, Delorenzo Neto recorreu ao exemplo italiano para embasar a defesa da autonomia local plena, informando que, no país europeu, o ordenamento estrutural do Estado está baseado na autonomia local, a comuna como unidade primordial e a região como zona intermediária indispensável para as relações entre a nação e as mesmas comunas. A defesa que fez em relação à efetiva descentralização administrativa no Brasil foi pautada na necessidade de reconhecer a região como pessoa de direito constitucional e base territorial, configurando, assim, a noção por ele denominada de “descentralização direta”.

No caso italiano, segundo Delorenzo Neto (1968, p. 5), uma primeira característica fundamental passava pela organização da república dividida em regiões, províncias e municípios, sendo as regiões “constituídas de entes autônomos com funções e poderes próprios”. E no que concerne às normas de competência da região, “desde que essas normas não fiquem em contraste com o interesse nacional e o de outras regiões”, a organização poderia instituir normas legislativas sobre urbanística, vias férreas e estradas de rodagem de interesse regional, navegação, portos, serviços públicos de interesse regional.

No sentido mais amplo do desenvolvimento da nação, no que isso implicava necessariamente o desenvolvimento regional e das municipalidades, suas ideias não estavam encerradas ou limitadas ao problema jurídico da organização administrativa do Estado federado, sobretudo em relação à defesa que fez da descentralização perfeita e direta como base da construção da autonomia municipal. Reconheceu o próprio Antonio Delorenzo Neto que era fundamental promover o desenvolvimento municipal pela planificação, principalmente pela necessidade de revisão dos métodos de gestão dos municípios para que ocorresse o efetivo aproveitamento dos recursos existentes.

É importante considerar que essa defesa da planificação não foi apresentada somente em 1968, na publicação do primeiro livro da trilogia Estudos Municipais 1948-1968, mas também discutida por ele no V Congresso Interamericano de Municípios da O.I.C.I. em 1954 na cidade de San Juan, em Porto Rico. Essa discussão se somava à experiência como prefeito do município de Guaranésia, base das informações do já referido livro *A planificação municipal de Guaranésia*, de 1951. Nessas três importantes situações – os dois livros e o congresso –, discutiu-se ainda a relevância das fontes de receita orçamentária municipal – tal como vigoravam desde a Constituição de 1946 – para o desenvolvimento local, desde que bem aplicadas para que não ocorressem desordens nas finanças e que “[...] o planejamento é o meio prático que melhor se coloca a serviço do espírito municipalista”. (DELORENZO NETO, 1968, p. 9)

Essa concepção sobre o planejamento como meio prático e necessário estava em acordo com as discussões ocorridas durante o I Congresso

Nacional dos Municípios Brasileiros de 1950. Tanto que, ao final do congresso, quando da publicação da *Carta de princípios, direitos e reivindicações municipais*, o posicionamento institucional da ABM sobre o planejamento foi explicitado no tópico XV da *Carta de Petrópolis*, ao enunciar que:

[...] a ausência de planejamento bem elaborado reduz a capacidade econômica dos Municípios [...] Constitui o planejamento elemento de modernização e aperfeiçoamento da administração local [...] Nesse sentido, todos os Municípios devem proceder a rigoroso levantamento, como preliminar básica à elaboração de um plano para solução dos problemas locais. (NUNES, 1953, p. 45)

É necessário salientar que essa modernização da administração apresentada no texto da *Carta de Petrópolis* não é uma especificidade da inflexão política da redemocratização de 1946. A modernização da administração – e também processos de racionalização da gestão municipal – estava presente nas ações do governo Getúlio Vargas desde 1930, ainda que mediante criação de instituições consideradas como estruturas de controle centralizado de todo o primeiro governo Vargas, entre 1930 e 1945, como é o caso do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), criado em 1938.

Por outro lado, não apenas instituições relacionadas à centralização e ao controle do governo Vargas estão entre as ações pós-1930: o IBGE, também criado no governo Vargas, é parte fundamental do movimento contínuo de (re)construção do discurso municipalista brasileiro no século XX. Nesse órgão federal, atuaram municipalistas – Rafael Xavier e Teixeira de Freitas, certamente os principais nomes na criação do órgão – que, naquele momento, estavam (re)construindo as bases ideológicas e programáticas do discurso municipalista “por dentro” do governo Vargas. Paradoxo? Segundo Marcus André de Melo (2008, p. 53):

[...] o paradoxo entre o ideário municipalista e a prática centralista dissolve-se quando se incorpora à análise a crítica autoritária – e hegemônica nos anos 30 – ao conceito liberal de representação. Embora o projeto político das elites autoritárias

da Era Vargas se caracterize por uma profunda centralização política, administrativa e financeira – e, portanto, contrária ao conceito de autonomia que é subjacente ao municipalismo – ele se baseia numa concepção plebiscitária e corporativa de representação política. Nessa concepção, o município – matriz básica da sociedade política – está orgânica e simbioticamente entrelaçado com o poder central.

Ainda segundo Marcus Melo, a mesma Constituição de 1937, que restringiu fortemente a autonomia financeira dos municípios, definiu o município como a estrutura ou órgão constituinte dos poderes. Talvez não seja paradoxo, mas parte do projeto político varguista construído na inflexão política de 1930 foi concebida para promover a ruptura com/das elites municipais oligárquicas do imenso interior do Brasil. Paradoxos, contradições e proposições programáticas estariam também presentes nas atividades do movimento municipalista já no momento da sua organização institucional, com a ABM (1946) e Ibam (1952), sobre o desenvolvimento municipal mediante processos de modernização da administração.

No texto da *Carta de Petrópolis* – como documento institucional da ABM –, assim como nos referidos textos de Antonio Delorenzo Neto – como documento profissional de um municipalista –, existem considerações sobre outras ações necessárias ao desenvolvimento municipal, especialmente a elaboração de planos regionais e planos locais. Particularmente no livro *A planificação municipal de Guaranésia*, Delorenzo Neto (1951, p. 10) afirmou que:

[Em] relação aos problemas das cidades brasileiras, qualquer planificação deve, em larga parte, cuidar das questões de urbanismo. A solução ou previsão delas é essencial ao destino dos nossos grupos urbanos e à vida do País.

Por fim e por toda essa discussão, é possível afirmar que, nesse contexto institucional-profissional, o planejamento no sentido do plano nacional para o desenvolvimento da nação e o planejamento como plano diretor e plano de urbanismo para o desenvolvimento

municipal representavam os caminhos que deveriam delinear os planos políticos e administrativos das municipalidades para o efetivo desenvolvimento municipal, construído mediante processos de cooperação intermunicipal, como concebido no texto do Plano Geral da Lei Pró-Município. Esses caminhos estavam também em construção em outras instâncias institucionais de caráter internacional nos âmbitos espaciais interamericano e ibero-americano.

UM PERCURSO INTERNACIONAL: URBANISMO E MUNICIPALISMO INTERAMERICANO E IBERO-AMERICANO

Essas discussões e proposições municipalistas não só não estavam limitadas ao Brasil – em suas instituições e entre seus profissionais –, como também já ocorriam desde o final da década de 1930. Como já discorrido no *Tomo I – Modos de pensar*, a primeira instituição criada foi a O.I.C.I. em 1938 no I Congresso Panamericano de Municípios.

O primeiro indicativo de que a criação da O.I.C.I. estava em gestação se deu na VI Conferência Interamericana, realizada em Cuba, ao ser aprovada, na Resolução nº 47, a realização do primeiro congresso pan-americano de municípios para discutir os temas do urbanismo e da administração municipal.⁴⁶ A segunda manifestação dessa gestação está na Resolução nº 70 do Primer Congreso Panamericano de Municipios, efetivamente realizado em 1938, também celebrado na capital cubana. Dessa Resolução nº 70, veio a determinação do caráter de permanência “da cooperação intermunicipal e das atividades em benefício de uma maior aproximação das relações entre os povos americanos através da intermunicipalidade”.⁴⁷ (INTER-AMERICAN MUNICIPAL REVIEW, 1950, p. 2, tradução nossa)

Essa recorrente presença de Cuba no processo de criação da O.I.C.I. e de fundamentação do pensamento municipalista interamericano não

foi uma simples coincidência. O debate sobre práticas municipalistas orientadas no sentido do desenvolvimento cooperado das localidades já estavam na pauta do Conselho Municipal de La Habana desde as décadas de 1910 e 1920. Tanto foi assim que a própria ideia de cooperação intermunicipal ou intermunicipalidade fora desenvolvida pelo professor de Direito Municipal Ruy de Lugo y Vinã e aprovada pelo conselho em novembro de 1922. Uma vez formulada em Cuba, a ideia de cooperação intermunicipal – que culminaria nos debates e proposições da O.I.C.I. sobre planejamento regional – foi rapidamente internacionalizada: em 1923, a ideia de cooperação intermunicipal foi aprovada como Resolução nº 44 da V Conferência Internacional Americana – a realizada no Chile em 1923 –,⁴⁸ sendo também incorporada à IV Assembleia da Liga das Nações, momento em que influenciou o mesmo debate no âmbito da União Internacional de Cidades, criada na Bélgica em 1913. (FARIA, 2015)

Essa consideração sobre a concepção de intermunicipalidade seria posteriormente desenvolvida no âmbito das próprias instituições municipalistas brasileiras – como apresentado no tópico sobre o municipalismo no Brasil –, a ABM e o Ibam. E não poderia ser diferente, sendo decorrente da intrínseca atuação dos brasileiros nesse contexto interamericano, tal como a de Rafael Xavier, primeiro presidente da ABM, que foi um dos membros do Conselho Consultivo da O.I.C.I. Da mesma forma e com uma atuação ainda mais efetiva, pela presença de Antonio Delorenzo Neto, responsável pela criação dos Seminários de Estudos Municipais em São Paulo, depois incorporados à agenda dos Congressos da O.I.C.I.

Além dessa primeira instituição, outras três foram criadas, duas delas sediadas em países de América Latina: o Centro Interamericana de Vivienda y Planeamiento (Cinva), criado em 1952 na cidade de Bogotá; e a Siap, criada institucionalmente em novembro de 1956, durante a denominada Primera Reunión Técnica Interamericana em Vivienda y Planeamiento, em Bogotá, mas com sede jurídica na cidade San Ruan de Porto Rico. (CAMACHO, 2007) Outra instituição deve ser somada a esse conjunto: a División de Vivienda y Planeamiento do Departamento de Asuntos Econômicos y Sociales da Unión Panamericana, esta como órgão central da OEA. Ainda

que seja uma instituição vinculada à estrutura institucional maior e de caráter mais político, suas ações estavam focadas nos problemas da habitação e do planejamento urbano.

Essa Unión Panamericana e suas divisões internas foram responsáveis por importantes estudos e documentos sobre habitação e planejamento urbano na América Latina, entre eles: *Problemas de la Vivienda de Interes Social*, publicado em Washington no ano de 1954. Da mesma forma, foram responsáveis pela organização de reuniões técnicas, edição de uma revista (*Vivienda y Planeamiento*) e organização de congressos sobre os mesmos temas. Entre essas atividades, é oportuno destacar a Primeira e Segunda Reuniões Técnicas Interamericanas em Vivienda y Planeamiento, realizadas em Bogotá (1956) e Huampaní, no Perú (1958), e os três Seminários Regionales de Asuntos Socieales – Vivienda y Urbanismo, realizados em Quito, San Salvador (ambos em 1950) e Porto Alegre (1951).⁴⁹

Essas instituições, suas discussões programáticas, atividades e realizações ocorridas entre as décadas de 1930 e 1970 reforçaram a necessidade e a importância em historiografar o processo de construção institucional municipalista interamericano no campo do planejamento urbano, do urbanismo, da habitação, entre outros temas relacionados ao desenvolvimento municipal. No entanto, esse processo não ficou circunscrito geograficamente ao contexto interamericano, mas também articulado à Península Ibérica, especialmente Espanha, com a interlocução estabelecida entre os profissionais e instituições do continente americano – entre as instituições, particularmente a O.I.C.I. e o Ieal.

A relação com Portugal não está bem desenvolvida, pelo que ainda não é possível afirmar que tenha ocorrido efetivamente alguma articulação institucional. Até o momento, conforme as pesquisas documentais iniciais já realizadas no âmbito da pesquisa de pós-doutorado realizada em 2014 no âmbito da Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid (ETSA/Madrid),⁵⁰ esse país apresentou um quadro menos articulado institucionalmente. Por outro lado, a relação com Portugal passa pela interlocução que Lisboa faria desde a década de 1930 com o Ieal, mediante organização do mencionado II Congresso Ibero-americano de Municípios, realizado em maio de 1959.⁵¹

Ainda assim, o debate municipalista em Portugal, especialmente em Lisboa, e sua relação com o debate ibero-americano precisam ser analisados nas páginas da *Revista Municipal*, uma publicação da Câmara Municipal de Lisboa iniciada em 1939 e com periodicidade regular até 1973, totalizando 139 números. Pelas páginas da revista, constam discussões importantes para o municipalismo português, por exemplo, a proposta de criação de uma União dos Municípios Portugueses, também denominada de Confederação Nacional dos Municípios, tal qual apresentado no Congresso Municipalista de 1922. (DIAS, 1939, p. 10)

Por tudo isso é que as instituições – O.I.C.I., Siap, Cinva, División de Vivienda y Planeamiento (DVP) da OEA, as brasileiras ABM, Ibam, a espanhola Ieal, entre outras – estão sendo investigadas como estruturalmente vinculadas ao contexto interamericano/ibero-americano orientado aos campos disciplinares do urbanismo e do planejamento urbano-regional para pensar e propor soluções ao desenvolvimento municipal. Entre as proposições já anotadas no processo da pesquisa, é possível destacar as que foram preconizadas pela Siap relacionando o planejamento com o desenvolvimento: a regionalização para fins de planejamento, a coordenação do desenvolvimento mediante instrumentos do planejamento integral, a institucionalização e a prática do planejamento para implementação de políticas sociais nos níveis nacional, provincial e municipal e, por fim, a institucionalização do ensino do planejamento. E mesmo que esses pontos estivessem estritamente associados à criação da Siap, é possível minimamente generalizar seus conteúdos para o conjunto dos debates que os profissionais estavam realizando, ao mesmo tempo, dentro de cada instituição e entre elas.

Outro aspecto relevante do contexto histórico da primeira metade do século XX é que as novas experiências interamericanas – particularmente na América Latina – em arquitetura e urbanismo também estavam relacionadas ao conjunto importante dos fatores da urbanização acelerada, desenvolvimento da economia, expansão industrial. Esse contexto sociopolítico-econômico foi inegavelmente importante para consolidação dessas instituições e atuação dos profissionais que atuavam no campo urbano-urbanístico. Tanto que

decorreu desse contexto a vasta gama de publicações, congressos, proposições e demais atividades direcionadas ao desenvolvimento dos municípios e que são a base estrutural da documentação primária que já foi pesquisada e em seguida indicada.

No caso da O.I.C.I., a documentação primária já pesquisada está basicamente composta pelas atas dos Congressos Interamericanos de Municípios realizados desde 1938 (particularmente o congresso realizado no Rio de Janeiro em 1958 sobre os temas da finança municipal, município como unidade descentralizada e serviços municipais); pelas edições disponíveis da *Revista Municipal Interamericana*, editada em Cuba a partir de 1951 e que perdurou (pelo que já foi possível catalogar) até 1959; por fim, pelas atas dos Seminários Interamericanos de Estudos Municipais, criados no Brasil por Antonio Delorenzo Neto em 1958 e que foram assumidos pela O.I.C.I. como parte oficial de suas atividades a cada novo Congresso Interamericano de Municípios.⁵²

No caso da Siap, a documentação primária pesquisada até o presente momento está basicamente composta pelas atas dos Congressos Interamericanos de Planificación realizados entre 1956 e 1979; a *Revista de la Sociedad Interamericana de Planificación*, iniciada em 1967 e continuada até o presente momento, catalogada até sua edição de 1976; e outros documentos dispersos, geralmente resultantes de consultorias realizadas por seus membros ou consultores externos.

No caso do Cinva/División de Vivienda y Planeamiento da Unión Panamericana-OEA, a documentação primária pesquisada está composta pelas atas das reuniões técnicas, entre elas, Reuniões Técnicas Interamericanas em Vivienda y Planeamiento, realizadas, respectivamente, em Bogotá (1956) e Huampaní, no Peru (1958); o Seminario de Técnicos y Funcionarios en Planeamiento Urbano, realizado em Bogotá (1958); os três Seminários Regionales de Asuntos Sociales - Vivienda y Urbanismo, realizadas em Quito, San Salvador (ambos em 1950) e Porto Alegre (1951); e, principalmente a *Revista Vivienda y Planeamiento*.

Essa documentação explicita a ampla divulgação da produção dos

profissionais e sua projeção em âmbito internacional, podendo ser considerada como importante impulso ao processo de institucionalização do urbanismo e do planejamento nos países e municípios da América Latina. Da mesma forma, explicitam como a criação de fóruns de discussão profissional viabilizou a interlocução de planejadores e responsáveis públicos sobre os problemas de urbanização em suas diversas facetas, mas especialmente habitação, planos urbanos e planos regionais. Por isso, inclusive, a importância de agregá-los em redes profissionais que foram fundamentais na troca de experiências em questões de interesse comum aos países do continente americano. A Siap, a O.I.C.I. e o Cinva/DVP, no caso americano; o Ieal, no caso Espanhol; a O.I.C.I., a partir do momento em que se organiza como instituição ibero-americana – isso se deu em 1976 –; e as instituições nacionais – no caso, com foco no Brasil pela ABM e Ibam – são, portanto, produtos e catalizadores desse processo.

Nesse contexto interinstitucional, os projetos editoriais também tiveram papel relevante para compreensão e divulgação de estudos sobre os problemas urbanos e a urbanização de um modo geral. Particularmente, as revistas contribuíram para a divulgação para fora das fronteiras territoriais do continente americano dos estudos e realizações em pauta. Ou seja, as revistas especializadas no continente americano, desde as revistas de arquitetura dos anos 1930 até as revistas mais envolvidas com as questões de urbanização e planejamento, como a *Revista Interamericana de Planificación* da Siap, buscavam apresentar os problemas urbanos enfrentados pelos países, bem como apresentar soluções para as diversas necessidades de um continente que experimentava forte processo de urbanização e crescimento demográfico.

Tudo o que se concebeu, debateu e realizou no âmbito dessas instituições e que foi publicado em atas de congressos e revistas especializadas é a base estrutural documental das análises já realizadas e sobre as análises em desenvolvimento sobre o próprio campo disciplinar do urbanismo/planejamento urbano. E é oportuno reforçar que, a partir da década de 1940, as revistas especializadas de arquitetura passaram a dar maior importância aos temas correspondentes ao urbanismo e ao planejamento/gestão urbana. Um caso importante de discussão nessas áreas ocorreu a partir da necessidade de se reconstruir

a cidade de San Juan, na Argentina, destruída por um terremoto de 1944. Surgiram debates urbanísticos locais que geraram uma série de discussões sobre o planejamento multidisciplinar na América Latina, estimulado por publicações em revistas sul-americanas, mas de abrangência internacional, como a *Nuestra Arquitectura* e a *American Forum*: “de certa forma, essa série sinaliza claramente um deslocamento de interesse das questões propriamente urbanísticas em direção àquelas relacionadas ao planejamento de caráter multidisciplinar”. (GOMES; ESPINOZA, 2009, p. 26)

Portanto, todas as considerações delineadas até aqui como problematização histórica sobre as instituições criadas com foco no urbanismo e no planejamento urbano-regional justificam a importância da pesquisa em desenvolvimento e que, neste texto, está explicitada em seu modo de fazer, ou seja, um percurso de investigação até aqui trilhado. Trata-se de uma pesquisa em história do urbanismo que está profundamente amparada em pesquisa documental primária, apresentada como um constante fazer-se: parte já realizada, outras que estão em realização e, até o momento, em parte, catalogada, mas sobretudo um fazer fundamental para construção de interpretações que iluminem o papel das instituições e a circulação das ideias entre profissionais cuja interlocução – suas ideias, suas proposições, suas contradições e debates intelectuais – ainda não foram substancialmente analisadas.

Para tanto, a pesquisa está orientada por análises das redes institucional-profissionais entendidas, tal qual exposto no *Tomo I – Modos de pensar*, como processo-produto das mudanças sociais, econômicas e urbano-regionais que o continente americano – especialmente sua parte latino-americana – vivenciou entre 1900 e 1950, que é justamente no período de criação de todas as instituições, que atuaram, segundo suas especificidades, no sentido de se formular uma ideia de projeto-projeção de futuro. Talvez um futuro que estará sempre por vir – em especial, abrindo-se a partir do contexto latino-americano.

NOTAS

- 1 “Les spécificités urbaines de la ville se font et se défont dans leur élaboration discursive au sein des activités descriptives des acteurs. La ville ne se laisse pas définir exclusivement par des critères objectifs et factuels, relatifs par exemple à la densité de sa population ou bien à la concentration d’activités économiques ou de services: la ville est une entité matérielle et immatérielle configurée par les pratiques des acteurs qui l’habitent et la fréquentent, y travaillent et y vivent, ainsi que par leurs discours, que la qualifient et la requalifient, lui confèrent un ordre, s’y identifient ou s’écarternt”.
- 2 “Pensar por associações”, de Maria Stella Bresciani; “Pensar por pluralidades”, de Josianne Francia Cerasoli; e “Pensar por redes”, de Rodrigo de Faria, são os três textos publicados em *Nebulosas do pensamento urbanístico: Tomo 1 - Modos de pensar* (2018).
- 3 A título de exemplo, entre outros estudos, citamos alguns que nos parecem abrir possibilidades instigantes: Bresciani (1982), sobre o papel da literatura no século XIX; Pechman e Kuster (2014), sobre as interfaces entre dimensões artísticas e a urbanidade contemporânea; Simião (2018), sobre sensibilidades também contemporâneas tomadas a partir do novo cinema argentino.
- 4 O site do CIEC está disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ciec/>>.
- 5 O banco de dados Saberes Urbanos está disponível em: <<https://www.urbano.ifch.unicamp.br/>>.
- 6 Coordenado por Stella Bresciani, o projeto temático financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), número 05/55338-0, contou com pesquisadores de várias instituições e esteve formalmente vinculado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), à Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* Bauru, à Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e à Università Luav di Veneza. Informações sobre a composição da equipe e as pesquisas relacionadas encontram-se disponíveis em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/auxilios/866/saberes-eruditos-e-tecnicos-na-configuracao-e-reconfiguracao-do-espaco-urbano-estado-de-sao-paulo/>>. Alguns dos resultados dos estudos feitos no temático compõem a coletânea organizada por Salgado e Bertoni (2010).
- 7 Para a maior parte dessas cidades das áreas pioneiras do oeste do estado, os levantamentos documentais e as pesquisas desenvolvidas pelo projeto são igualmente pioneiros. Muitas cidades formadas ao longo dos ramais ferroviários do oeste analisados na pesquisa – Alta Paulista, Alta Sorocabana, Alta Araraquarense e Noroeste – não contam com bases arquivísticas e/ou de referência organizadas para subsidiar as pesquisas e inexistem inventários amplos que abarquem o patrimônio industrial e ferroviário desses locais.

- 8 A difundida noção de “ideias fora do lugar”, como uma das referências basilares dessa frágil noção de “importação”, está baseada em fundamentos políticos que sugerem muita cautela nesses deslizamentos. Para um debate detido sobre tais fundamentos, ver Bresciani (2012), em discussão sobre o lugar das ideias.
- 9 O texto “The Location of Modernity” abre a coletânea *City and nation: rethinking place and identity*, que constitui o sétimo volume de uma pesquisa urbana comparada coordenada por Bender e Smith, dedicada ao estudo de processos de urbanização no mundo. No sétimo volume, há estudos sobre cidades na China, Indonésia e América Central, por exemplo. Outros volumes são dedicados à comunidade e à cidade (primeiro), a cidades do Pacífico na economia mundial (segundo), movimentos sociais e ações coletivas (terceiro), reestruturação global e vida urbana (quarto), espaços marginais (quinto) e transnacionalismo a partir “de baixo” (sexto).
- 10 São registros que expressam diferentes opções em exposições e congressos internacionais, na definição de currículos do ensino especializado, na literatura impressa – livros, revistas e manuais técnicos – e na circulação dos profissionais por diversos países como interlocutores, consultores, propositores e colaboradores na execução de projetos. (CALABI, 2000)
- 11 Para acompanhar em detalhes terminologias como essas, é fundamental o trabalho de Marx (1999) sobre termos utilizados na definição das cidades no Brasil.
- 12 Para uma análise detida do debate e das iniciativas em torno das relações entre a formação do campo profissional do arquiteto e as associações profissionais, acompanhar Novo (2018).
- 13 O verbete sobre o Instituto Paulista de Arquitetos está disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbetes=518&langVerbetes=pt>>.
- 14 Em síntese, a autora discute as seguintes “escolas”, mobilizando como autores principais os seguintes nomes: escola alemã, com Georg Simmel, Max Weber, Walter Benjamin e Ronald Daus; a escola francesa, com Alain Touraine, Henri Lefebvre, Manuel Castells, Charles Fourier; duas escolas anglo-saxônicas, sendo uma do Reino Unido, com Thomas Morus, Ebenezer Howard, Patrick Geddes, Raymond Unwin, Peter Hall; e outra norte-americana, com Lewis Mumford, Richard Sennett e Saskia Sassen; além da chamada escola de Chicago, com Ernest Burgess, Robert Park, Louis Wirth, Roderick McKenzie.
- 15 Organizada por Robert Park e Ernest Burgess, foi publicada em 1925 pela The University of Chicago Press.
- 16 Partes do Plano foram transcritas em seguidos números do *Boletim do Instituto de Engenharia de São Paulo* em 1934.

- 17 Em *Two treatises of government*, publicado em 1690, John Locke refuta, no primeiro tratado, a doutrina da monarquia absoluta fundada no direito divino e, no segundo, define a formação da sociedade civil composta voluntariamente por indivíduos que, ao constituírem uma comunidade, se submetem ao governo civil, cuja atribuição seria a de assegurar a liberdade e a propriedade. Esses tratados constituem a base da sociedade civil moderna, e o modo como estabelece a participação no governo pressupõe, tal como em Aristóteles e Platão, a partilha-divisão entre os que definem as leis e a elas se submetem e os que somente a elas se submetem e por elas são protegidos. Essa premissa da competência-partilha constitui a base das sociedades regidas por constituições e com a participação restrita dos cidadãos. Deram lugar, no século XIX, às lutas pela ampliação dos direitos políticos e pelo sufrágio universal masculino, com a inclusão das mulheres numa segunda etapa no século XX. (LOCKE, 1990)
- 18 “Le lieux communs ne sont pas seulement des clichés ou des poncifs. Ils sont aussi le lieux du ‘commun’, le fonds où s’échangent les palores, les croyances, les préjugés, les arguments et les opinions de la cité réelle. Opinions souvent confuses, erratiques, peu sûres, elles n’en sont pas moins profondément enracinées dans le vie et l’expérience des homes”.
- 19 Sobre os destinos do plano de Agache, sugiro ler Pereira (1996, p. 363-376), Rezende (2012, p. 71-117) e Faria (2013). Faria (2013) transcreve longo trecho de depoimento feito pelo engenheiro Oliveira Reis em 23 de abril de 1986 ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, nas páginas 88 e 89. Nele, o engenheiro conta os entreveros envolvendo tanto a contratação do Plano pelo prefeito [Paulo] Prado Junior incentivado por Armando de Godoy como seu posterior “esquecimento”. Sobre Anhaia Mello, professor e homem público, remeto para Bresciani e Schicchi (2016).
- 20 No artigo “Um grande urbanista francês: Donat-Alfred Agache”, vem transcrita uma carta de Agache ao diretor da revista de arquitetura *Le Maître d’Oeuvre*, na qual ele expressa sua opinião ampla e acolhedora para “la vieille appellation de maître d’oeuvre [...] qui impliquait à la fois les qualités de composition, de direction et d’expérience qui sont essentielles pour conduire une œuvre à bien”. (MELLO, 1928, p. 75) Em nota, Anhaia Mello indica ao leitor interessado no assunto “urbanismo” seus próprios artigos publicados nos “rodapés das quintas feiras do *São Paulo Jornal*”.
- 21 Trata-se do livro no qual, em coautoria, Agache e Léon Jaussely, com a colaboração de Aubertin e Rendot, se definia uma linha de atuação para a reconstrução das cidades destruídas na Guerra de 1914-1917: *Comment reconstruire nos cités détruites*. Paris: Armand Colin [1915]. Anhaia Mello também se refere ao livro de Unwin - Raymond Unwin. *Town planning in practice*, Londres, 1909 - e informa ter sido traduzido para o francês por Jaussely e editado em Paris: Livraria Centrale des Beaux-Arts. Não constam as datas de publicação. (MELLO, 1928b, p. 80)

- 22 Daniel Vater de Almeida (2012) faz uma interessante leitura do plano de Agache pelo viés da geografia.
- 23 Havia publicado, em 1927, *Problemas de urbanismo*. Trata-se de mais uma contribuição para o calçamento, na qual cita autores e obras como: Le Corbusier, em *Urbanisme*, (1924), Harland Bartholomew, *A Comprehensive City Plan (City Plan Comission, 1925)*, Nelson Lewis, *The Planning of the Modern City*, Robert Parker e outros urbanistas, além de fazer uma rápida menção a Agache.
- 24 Sobre Victor da Silva Freire e o debate em torno de planos para o vale do Anhangabaú, remeto para Simões Júnior (2004) e Segawa (2000, p. 69-102).
- 25 Seria uma longa nota, mas cito estudiosos dos comportamentos coletivos: Gustave Le Bon, Henri Fournial (médicos), Scipio Sighele (criminologista), Gabriel Tarde (psicólogo social), Sigmund Freud (psiquiatra) e Elias Canetti.
- 26 Para a implantação dos primeiros bairros-jardins na cidade de São Paulo, ver Andrade (1998).
- 27 Na parte final do Plano, há um Anexo A – nas páginas XLIII e XLVII –, em que detalha um “Projeto de Lei Federal que torna obrigatórias para o futuro, as diretrizes e os regulamentos das plantas de remodelação em todas as cidades da República”.
- 28 Remeto a Foucault ([1967], p. 447-484).
- 29 A trajetória do processo de fundação do Museu Social em 1894-1895 segue a trilha de Ferdinand Le Play, por sua vez fundador da “economia social” em meados do século XIX, e se configura como um laboratório da reforma social, tema importante para a terceira república francesa, reunindo profissionais de variada formação. A seção de higiene se forma com o apoio de cerca de um terço dos participantes do museu, que adota Eugène Hénard como seu principal guia. (HORNE, 2004)
- 30 Donatella Calabi (1997, p. 53) afirma que “les expressions et les métaphores utilisées sont [...] presque un langage codé. [...] On peut comparer l’agglomération urbaine à un organisme vivant. Nulle image n’est plus efficace pour faire comprendre la ‘vie des cités’ que celle de l’examen des organes, de la santé, de la pathologie, des réseaux de circulation”. Remeto para o excelente artigo de Philip Gunn e Telma de Barros Correia “O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade” (2001).
- 31 Donatella Calabi (1997, p. 52-53) associa o modo de pensar urbanismo como “ciência da observação” a Marcel Poëte e a Société Française des Architectes-Urbanistes, considera-o um axioma persistente até os anos 1940.
- 32 A pesquisa sobre urbanismo e pensamento municipalista no Brasil foi iniciada

ainda durante o desenvolvimento da tese de doutorado sobre o engenheiro e urbanista José de Oliveira Reis, defendida em 2007, no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

- 33 O texto da palestra foi publicado na revista *Espaço & Debates* em 2001, em sua edição nº 41, ano XVII.
- 34 Participaram representantes da Bolívia, Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Santo Domingo, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Uruguai e Venezuela. Um primeiro estudo sobre esse congresso, ainda que em termos mais gerais, já foi publicado na edição nº 6 da revista *ZARCH: Journal of Interdisciplinary Studies in Architecture and Urbanism* (<http://zarch.unizar.es/index.php/es/>), com o título “Urbanismo e municipalismo na Espanha: o leal e a articulação ibero-americana para o desenvolvimento municipal”.
- 35 “Hace tiempo que está latente el propósito de reunir en Madrid un Congreso de Municipios que permita la vinculación, en tareas de estudios y en proyecciones de futuro, de los países hispánico [...] La madurez de conciencia municipalista que han alcanzado aquellos países, la similitud de origen y la compatibilidad de las trayectorias propician el intercambio de iniciativas y de experiencias en el área exclusiva de la información y el estudio”.
- 36 Um estudo já publicado sobre os congressos municipalistas na Espanha na década de 1920 contemplou uma análise inicial desse congresso da União Internacional de Cidades, ocorrido em 1929. O artigo, publicado na revista *Ciudades*, do Instituto Universitário de Urbanística da Universidad de Valladolid, tem como título “Urbanismo e desenvolvimento municipal na Europa: os congressos municipalistas da Unión de Municipios Españoles”. Foi publicado na edição nº 19 de 2016. Ver em: <<http://www3.uva.es/iuu/es/revista/listado-numeros/ciudades-19/>>.
- 37 Esse conjunto de cartas está integrado ao acervo particular de pesquisa.
- 38 O arco temporal entre 1950 e 1960 foi definido pela documentação levantada e catalogada no âmbito do projeto, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Universal-2010), “Urbanismo e planejamento urbano-regional no movimento municipalismo brasileiro (1946-1964/1964-1979)”, projeto finalizado e com relatório aprovado. Nas pesquisas documentais realizadas desde 2010, não localizamos informações sobre a ocorrência de congressos após esse de Curitiba, que inclusive surge com datas diferentes em diferentes documentações. Um desses documentos, publicado pela Comissão Nacional Organizadora do VI Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, informa que o congresso ocorreria no mês de maio de 1962.

- 39 A publicação da Carta Municipalista de São Lourenço integra o conjunto das Cartas Municipalistas (I, III e III) publicadas em 1959 nos *Cadernos de Cultura Municipalista*, n. 2, da Associação Brasileira de Municípios.
- 40 NUNES, Osório (org). *Clamor dos Municípios*. Anais do IV Congresso Nacional de Municípios. Rio de Janeiro: Editora Ersol, 1953. p. 166.
- 41 Remeto aqui à dissertação de mestrado de Izadora Laner *Planejamento Regional e Desenvolvimento Nacional no Brasil: 1955-1960*, defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPGFAU) da Universidade de Brasília (UnB) em junho de 2018.
- 42 Esses conteúdos foram divulgados na publicação mensal *Informador dos Municípios*, que também publicou as informações de todo o primeiro congresso, incluindo a *Carta de princípios, direitos e reivindicações municipais*.
- 43 *Carta de princípios, direitos e reivindicações municipais* do I Congresso Nacional de Municípios Brasileiros. ABM. Documentação integrada ao acervo do autor.
- 44 Esse debate na literatura municipalista é bastante complexo e amplo. Entre os textos pesquisados e trabalhados, estão: *Problemas municipais*, Carneiro (1931); *Problemas fundamentais do município*, Carvalho (1937); *O município no Estado Novo*, Silva (1940), *Política do Município*, Carvalho, Orlando M. (1946); *Pela revitalização do município*, Xavier (1948); *Municipalismo e ruralismo*, Maranhão (1960).
- 45 O caráter “definitivo” da descentralização perfeita está definido pela impossibilidade das normas centrais revogarem as normas locais. Já o caráter “independente” está definido na impossibilidade das normas centrais modificarem o conteúdo das normas locais.
- 46 Ver em: <<http://www.dipublico.org/14467/congreso-panamericano-de-municipios-sexta-conferencia-internacional-americana-la-habana-1928/>>. Acesso em: 5 ago. 2016.
- 47 “A la cooperación intermunicipal y a las actividades em prol del mayor estrechamiento de relaciones entre los pueblos americanos a través de la intermunicipalidad”.
- 48 “Fomento de las relaciones entre las municipalidades de los países americanos”. Ver em: <<http://www.dipublico.org/14233/fomento-de-las-relaciones-entre-las-municipalidades-de-los-paises-americanos-quinta-conferencia-internacional-americana-santiago-1923/>>.
- 49 Nesse seminário realizado no Rio Grande do Sul, houve a participação de duas instituições brasileiras com atuação no campo da habitação: a Fundação da Casa Popular e o Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal, nesse momento chefiada pela engenheira Carmem Portinho, além

de outras repartições públicas. As informações sobre esses seminários foram publicadas em 1952 no Informe Final organizado pela Unión Panamericana.

- 50 Pesquisa intitulada “Urbanismo e planejamento urbano-regional no municipalismo ibero-americano: instituições, concepções e realizações (1938-1976)”, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
- 51 O Ieal foi responsável pelos seguintes congressos municipalistas, ocasiões em que a pauta urbanística era central: I Congresso Iberoamericano de Municípios, em Madrid (1955); II Congresso Iberoamericano de Municípios, em Lisboa (1959); III Congresso Iberoamericano de Municípios, em Brasília (1966); IV Congresso Iberoamericano de Municípios, em Barcelona (1968); e V Congresso Iberoamericano de Municípios, em Santiago do Chile (1969).
- 52 A documentação original relativa ao I Seminário Interamericano de Estudos Municipais, criado em São Paulo por Antonio Delorenzo Neto, integra o acervo documental do autor.

REFERÊNCIAS

- 1º CONGRESSO Nacional dos Municípios Brasileiros. *Informador dos Municípios*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2-3, abr./maio 1950. Número especial.
- AGACHE, A. *Cidade do Rio de Janeiro: remodelação-extensão e embelezamento*. Tradução de Francesca de Souza. Paris: Foyer Brésilien, 1930.
- ALMEIDA, D. V. *A formação do urbanismo como ciência moderna, sob a influência do pensamento geográfico: a presença de Alfred Agache nas cidades do Rio de Janeiro e Curitiba ao longo da primeira metade da pretérita centúria*. 2012. 142 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- ALMONDOZ, A. *Entre libros de historia urbana: para una historiografía de la ciudad y el urbanismo en América Latina*. Caracas: Editorial Equinoccio, 2007.
- ANDRADE, C. R. M. de. *Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*. 1998. 486 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ARENAS, L. *Fantasmas de la vida moderna: ampliaciones y quiebras de sujeto en la ciudad contemporánea*. Madri: Editorial Trotta, 2011.
- BENDER, T.; SMITH, M. P. (Ed.). *City and nation: rethinking place and identity*. 2nd. London: Routledge, 2017. (Comparative Urban and Community Research, v. 7).
- BOYER, M. C. *The City of Collective Memory: Its Historical Imagery and Architectural Entertainments*. Cambridge: MIT Press, 1996.
- BRESCIANI, S. A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar? In: FREITAS, J. F. B.; MENDONÇA, E. M. (Org.). *A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?* Vitória: EDUFES, 2012. p. 141-159.
- BRESCIANI, S. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRESCIANI, M. S.; SCHICCHI, M.C. Luiz de Anhaia Mello: Ensino, política e presença pública. *Risco*, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 73-84, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/index>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BURKINSKI, F. Urbanismo. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro. v. 3, ano 15, n. 3, 1953.

BURNHAM, D. H.; BENNETT, E. H. *Plan of Chicago*: prepared under the direction of the Commercial Club during the years MCMVI, MCMVII, and MCMVIII, Chicago MCMIX. New Introduction Kristen Schaffer. New York: Princeton Architectural Press, 1993.

CADERNOS DE CULTURA MUNICIPALISTA. Brasília, DF: Associação Brasileira de Municípios, n. 2, 1959.

CALABI, D. *Marcel Poëte et Le Paris des années vingt: aux origines de "l'histoire des villes"*. Paris: Harmanttan, 1997.

CALABI, D. *Storia dell'urbanistica europea: questioni, strumenti, casi esemplari*. Turino: Paravia Bruno Mondadori Editori, 2000.

CAMACHO, L. Sociedad Interamericana de Planificación, SIAP 50 años Vida institucional y programática. *Bitácora Urbano Territorial*, Bogotá, v. 1, n. 11, p. 268-284, 2007.

CARNEIRO, Levi. *Problemas municipais*. Rio de Janeiro: ALBA, 1931.

CARVALHO, O. M. *Política do município*. São Paulo: Agir, 1946.

CARVALHO, O. M. *Problemas fundamentais do município*. São Paulo: Nacional, 1937.

CAUQUELIN, A. *L'invention du paysage*. Paris: PUF, 2000.

CERASOLI, J. F. *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. 2004. 423 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CONGRESO IBEROAMERICANO DE MUNICIPIOS: SESIONES DE TRABAJO Y ACTOS SOCIALES, 1., 1956, Madrid. *Memórias...* Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1956.

D'ALLONNES, M. R. *Le dépérissement de la politique: généalogie d'un lieu commun*. Paris: Flammarion, 1999.

DELORENZO NETO, A. *Estudos municipais (1948-1968)*. São Paulo: Faculdade Municipal de Ciências Economicas e Administrativas de Osasco, 1968.

DIAS, J. L. União dos Municípios: triunfos e vicissitudes da administração local; a reforma administrativa de 1936; a atividade do Estado e a inatividade dos Municípios. *Revista Municipal*, Lisboa, ano 1, n. 1, 1939.

DELORENZO NETO, A. *A planificação municipal de Guaranésia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

DULCI, T. M. S. Conferências Pan-Americanas (1889-1928): a questão das identidades. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 8., 2008, Vitória. *Anais eletrônicos...* Vitória: ANPHLAC, 2008. p. 1-21.

FARIA, R. de. *O urbanista e o Rio de Janeiro*: José de Oliveira Reis, uma biografia profissional. São Paulo: Alameda, 2013.

FARIA, R. S. de. Urbanismo e desenvolvimento municipal na europa: os congressos municipalistas da Unión de Municipios Españoles. *Ciudades*, Valladolid, v. 19, n. 1, p. 57-75, 2016a. Disponível em: <file:///C:/Users/EDUFBA/Downloads/Dialnet-UrbanismoEDesenvolvimentoMunicipalNaEuropa-5578174.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

FARIA, R. S. de. Urbanismo e municipalismo na Espanha: entre o Estatuto Municipal e a Unión de Municipios Españoles na década de 1920. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 17, n. 1, p. 101-122, abr. 2015. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/publicacao/arquivos/20160517100357Volume_17_-_numero_1.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

FARIA, R. S. de. Urbanismo e municipalismo na Espanha. IEAL e a articulação Ibero-americana para o desenvolvimento municipal. *ZARCH: Journal of Interdisciplinary Studies in Architecture and Urbanism*, Zaragoza, n. 6, p. 206-219, 2016b. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5759863>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

FELDMAN, S. 1950. A década de crença no planejamento regional no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13., 2009, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPUR, 2009.

FOUCAULT, M. As ciências humanas. In: FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Portugalia, [1967]. p. 447-484.

FREIRE, V. da S. Urbanismo. *Revista do Instituto de Engenharia*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 76-80, 1942.

FREITAG, B. *Teorias da cidade*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2012.

- GOMES, M. A. *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- GOMES, M. A. F., ESPINOZA, J. C. H. Olhares cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul, 1930-1960. In: GOMES, M. A. *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 13-39.
- GORELIK, A. A produção da “cidade latino-americana”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005.
- GUNN, P.; CORREIA, T. de B. O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In: BRESCIANI, M. S. (Org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.
- GUTIERREZ, R. *Arquitectura y urbanismo em iberoamerica*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1992.
- HORNE, J. *Le Musée social: aux origines de l'État Providence*. Paris: Belin, 2004.
- INTER-AMERICAN MUNICIPAL REVIEW. La Habana: Comisión Panamericana de Cooperación Intermunicipal, año 1, n. 1/2, jul./dic. 1950.
- JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. S. (Org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo 1: modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- JUDD, D. R. et al. (Ed.). *The city, revisited: urban theory from Chicago, Los Angeles, and New York*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- LANER, I. *Planejamento regional e desenvolvimento nacional no Brasil: 1955-1960*. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Teoria, História e Crítica) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.
- LETHABY, W. R. *Architecture and mysticism*. New York: Cosimo, 2005.
- LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- LOCKE, J. *Two Treatises of government*. Londres: Everyman's Library, 1990.
- MAIA, F. P. *Introdução ao estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

MARANHÃO, J. *Municipalismo e ruralismo*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1960.

MARX, M. *Cidade no Brasil, em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MELLO, L. de A. A cidade celular: quadras, superquadras e células residenciais. *Boletim do Instituto de Engenharia*, v. 18, n. 91, set. 1933a.

MELLO, L. de A. A verdadeira finalidade do urbanismo. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, v. 11, n. 51, p. 106-112, ago. 1929c.

MELLO, L. de A. *Curso de urbanismo: elementos de composição regional*. 3. ed. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1961.

MELLO, L. de A. Problemas de urbanismo: bases para a resolução do problema técnico. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo: Instituto de Engenharia, Escolas Profissionais Salesianas, 1929a.

MELLO, L. de A. Problemas de urbanismo: mais uma contribuição para o calçamento. *Revista Politécnica*, São Paulo, n. 83, jun. 1927.

MELLO, L. de A. Problemas de urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo: Instituto de Engenharia Escolas Profissionais Salesianas, 1929b. v. 10.

MELLO, L. de A. Um grande urbanista francês: Donat-Alfred Agache. *Revista Politécnica*, [S.l.], n. 5, p. 70-88, 1928a.

MELLO, L. de A. Urbanismo e suas normas para a organização de planos. *Boletim do Instituto de Engenharia*, v. 17, n. 89, abr. 1933c.

MELLO, L. de A. Urbanismo. *Boletim do Instituto de Engenharia*, São Paulo, n. 42, p. 235-240, 1928b.

MELLO, L. de A. Cadeira nº 18 - Curso de Engenheiros arquitetos. *Anuário da Escola Politécnica*, 1931.

MELLO, M. A. B. C. de. Municipalismo, nation building e a modernização do Estado no Brasil. In: O IBGE na História do Municipalismo e sua atuação nos Municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e Rafael Xavier. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p. 49-66. (Documentos para Disseminação: Memória Institucional, 13).

MONDADA, L. *Décrire la ville: la construction des savoirs urbains dans l'interaction et dans le texte*. Paris: Anthropos, 2000.

NOVO, L. F. *Entre arte e técnica: arquiteturas políticas na legitimação da profissão no Brasil [1920-1930]*. 2018. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto De Filosofia E Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

NUNES, O. *A carta dos municípios*. Rio de Janeiro: DASP, 1953.

NUNES, O. (Org.). Clamor dos municípios. In: CONGRESSO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 4., 1957, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Ersol, 1957.

ONU. Departamento de Asuntos Económicos y Sociales. *Seminário sobre formação de personal para la planificación urbana y rural*. Nueva York, 1957.

PAN AMERICAN UNION. *Compilacion de resoluciones sobre planeamiento, vivienda y edificación*. Washington, 1958a.

PAN AMERICAN UNION. *Municipal action for housing improvement and slum clearance*. Washington, 1953.

PAN AMERICAN UNION. *Sobre la Primera Reunión Técnica Interamericana en Vivienda y Planeamiento*. Washington, 1958b.

PECHMAN, R. M.; KUSTER, E. *O chamado da cidade: ensaios sobre urbanidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

PEIXOTO-MEHRTEENS, C. *Urban space and national identity in early twentieth century São Paulo, Brazil: Crafting Modernity*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

PEREIRA, M. da S. Pensando a metrópole moderna: os planos Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. de Q.; PECHMAN, R. (Org.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 363-376.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.

REIS, J. de O. Notas para a palestra em Ribeirão Preto em 8 de agosto de 1955. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, ano 17, n. 41, p. 98-99, 2001.

REZENDE, V. F. (Org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Ed. da UFF; Intertexto, 2012.

RICOEUR, P. O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento. In SACKS, S. (Org.). *Da metáfora*. São Paulo: EdUC: Campinas: Pontes, 1992. p. 145-160.

ROCHARD, J. (Dir.). *Encyclopédie d'Hygiène et de Médecine Publique*. Paris: Lecrosnier et Babé, 1891. Tomo 3 - Hygiène urbaine.

ROCHARD, J. *Traité d'hygiène sociale*. Paris: A. Delahaye et Lecrosnier, 1888.

SABERES URBANOS. Disponível em: <<https://www.urbano.ifch.unicamp.br/>>. Acesso em: 18 out. 2018.

SALGADO, I.; BERTONI, A. (Org.). *Da construção do território ao planejamento das cidades: competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas*. São Carlos: RIMA, 2010.

SAMBRICIO, C. *Ciudad y vivienda en América Latina, 1930-1960*. Madrid: Lampreave, 2012.

SEGAWA, H. *Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SEGRE, R. *Las estructuras ambientales de América Latina*. Cidade do México: Siglo XXI, 1977.

SILVA, O. E. *O município no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1940.

SIMIÃO, S. C. de S. *Medianeras no cinema e nas cidades: sensibilidades contemporâneas em El hombre al lado (2009) e Medianeras (2011)*. 2018. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SIMÕES JÚNIOR, J. G. *Anhangabaú: história e urbanismo*. São Paulo: SENAC: Imprensa Oficial, 2004.

XAVIER, R. *Pela revitalização do município*. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.